

# Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 19

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira exige comissões de MPs com mais deputados do que senadores..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - PRIMEIRA PÁGINA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil cobra multa fiscal mais elevada do mundo..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cronograma da regra fiscal ainda será definido, diz Padilha..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira apresenta a Pacheco exigências para superar impasse sobre MPs..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil é um dos países com as maiores multas fiscais do mundo..... 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Entidades querem juros em 1,9%; bancos não abrem mão de 2%..... 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Previc estuda vetar bônus de R\$ 9,3 milhões na Petros..... 15

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer formar 100 mil médicos especialistas em atenção primária em dez anos (Projeto Saúde Pública)..... 16

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Nas mãos do STF, a extinção ou não da aposentadoria especial (Rômulo Saraiva)..... 18

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Zema defende aumento de 300% no próprio salário..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reformas para o Brasil crescer (Editorial)..... 23

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos mineiros buscam quase R\$ 1 bilhão em Brasília..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agronegócio critica taxas de juros, reforma tributária e invasões de terra..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Partidos de centro reclamam de espaço em ministérios e já indicam apoio menor..... 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço supera debate de mérito - MÍRIAM LEITÃO ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo arcabouço é simples e fácil de ser entendido, defende Simone Tebet ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Galípolo, reforma simplifica arrecadação ..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dívida dos Estados pode entrar na reforma ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos não deveriam travar a reforma tributária (Artigo) ..... 39

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI lança agenda legislativa e pede reforma tributária urgente e foco na reindustrialização em 2023 ..... 41

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que varejistas criticam Shein, Shopee e AliExpress por contrabando digital no Brasil ..... 42

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Copom, Americanas e reforma tributária; confira os destaques do dia ..... 46

VALOR ONLINE - FIO DA MEADA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Mas ela se move" - A reforma tributária silenciosa ..... 47

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lira faz demanda descabida na querela das MPs (Editorial) ..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Rombo nas contas soma US\$ 2,8 bi, melhor fevereiro desde 2017 ..... 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Comunicado do Copom é ato político e saiu no tom errado, diz Tebet ..... 51

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

O básico com preço "de luxo" ..... 52

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Ainda não há data para apresentação de novo marco fiscal, diz Padilha ..... 57

# Lira exige comissões de MPs com mais deputados do que senadores

**VERA ROSA IANDER PORCELLA BRASÍLIA**

A disputa entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para definir quem dá a última palavra sobre o destino das medidas provisórias expôs o curto-circuito na articulação política do Palácio do Planalto com o Congresso. Na noite de ontem, Lira propôs um meio-termo para fazer acordo com Pacheco, que prevê nova forma de tramitação das MPs, desde que as comissões mistas sejam compostas por mais deputados do que senadores.

A proposta ainda será apresentada a Pacheco. Atualmente, cada Casa tem direito a indicar 12 congressistas para esses colegiados, mas Lira acha que a Câmara está "sub-representada". O governo concorda em apontar quatro medidas prioritárias para votar agora, na lista das 13 que enviou. O Planalto também aceita substituir as outras MPs por projetos de lei, com pedido de urgência constitucional, se Lira se comprometer a pôr tudo em votação antes que as medidas percam a validade, a partir de junho.

"Se essa proposta de proporcionalidade que existe em todas as outras comissões da Casa não atender o Senado, é porque, na realidade, o Senado não quer fazer acordo", afirmou Lira. Superada essa etapa, no entanto, o presidente da Câmara quer impor novo método de funcionamento para as comissões mistas, que não poderiam mais entrar no mérito das MPs. A ideia é que esses colegiados avaliem apenas se as iniciativas são constitucionais.

Lira se reuniu ontem com os líderes dos partidos na Câmara, que aceitaram o acordo, a ser submetido a Pacheco. Após pedir a mediação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sexta-feira, Lira jantou no domingo com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e com o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE).

**BATE-CABEÇA.** Na prática, até mesmo líderes de Lula batem cabeça e se dividem sobre o melhor caminho a seguir para superar a crise, que paralisa votações de interesse do Planalto. "Não podemos ficar nesse impasse", disse ao Estadão o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). "Matéria para fazer qualquer tipo de barganha existe de sobra. Não tem sentido não deixar o processo andar", afirmou o

senador, ao ser questionado se o objetivo de Lira era esticar a corda para pressionar o Executivo por cargos.

Wagner defendeu Pacheco ao argumentar que a queda de braço no Congresso atrasa votações importantes para o País, como a de programas sociais, a exemplo do Bolsa Família e do Minha Casa, Minha Vida. A nova configuração da Esplanada sob Lula, agora com 37 ministérios, e a MP que retoma o voto de desempate a favor do governo, em julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), estão na lista das prioridades do governo, que precisam passar pelo crivo do Legislativo.

Todas essas iniciativas fazem parte do pacote de MPs de Lula. As medidas devem ser votadas em até 120 dias. Lira também quer que, daqui para a frente, as comissões mistas tenham prazo para emitir pareceres, sob pena de as propostas irem direto para os plenários da Câmara e do Senado.

Ao contrário de Wagner, Guimarães disse que quem está certo no confronto é Lira. "O que está acontecendo é gravíssimo", resumiu o deputado. "Precisamos de uma solução política para essa crise. Do contrário, não se vota nada aqui e tudo vai piorar", previu.

A briga de poder tem como pano de fundo quem dá as cartas para a tramitação das MPs. Motivo: o rito original foi abreviado durante a pandemia de covid, quando as votações eram feitas por sistema remoto. Desde 2020, as comissões mistas foram abolidas e Lira indica sozinho o relator das MPs.

Padilha disse estar confiante no acordo. "Os projetos prioritários no Congresso não são do governo nem da oposição. São propostas fundamentais para o Brasil", comentou ele, em tom conciliador.

Padilha diz que Lula está "muito bem" e vai despachar do Alvorada

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está "muito bem" e que, por recomendação médica, deve manter agendas de trabalho no Palácio da Alvorada até amanhã.

Lula deve receber ministros e se concentrar em temas como o arcabouço fiscal. "Lula continua muito bem, evolução muito positiva. Recuperação ótima", afirmou Padilha ontem.

Diagnosticado com broncopneumonia bacteriana e influenza A, o presidente cancelou a viagem que faria à China (mais informações na pág. A11). "Vão trabalhar uma nova data de recepção do presidente Lula", disse Padilha. SOFIA AGUIAR

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Brasil cobra multa fiscal mais elevada do mundo

O Brasil, ao lado da África do Sul, está entre os países com as maiores multas tributárias do mundo. Aqui, a **Receita Federal** pode aplicar uma penalidade de até 150% sobre o valor principal do débito cobrado se entender que o contribuinte teve a intenção de cometer fraude, dolo ou simulação para não pagar ou para recolher menos **tributos**. Entre especialistas, o tema tem sido apontado como um dos que deveriam ser discutidos na **reforma tributária**.

Conforme estudo da FGV Economia e Direito SP, a África do Sul também cobra 150%; o México, 142,5%; Colômbia e Reino Unido, 100%; França, 80% e EUA, 75%. A diferença entre o Brasil e outras nações é que o Fisco brasileiro não adota critérios objetivos ou gradação de pena, mas "pressupõe" que houve fraude, sem provas contundentes, dizem os autores da pesquisa.

O tema foi investigado após os pesquisadores verificarem, por meio da Lei de Acesso à Informação, que esse tipo de multa (qualificada) é a penalidade federal que mais cresce no Brasil. Entre os anos de 2011 a 2019 houve um aumento de 70% na quantidade e de 112% na arrecadação com essa multa. "O problema é que o Fisco acaba rotulando muitas coisas como fraudulentas quando não são", avalia a advogada tributarista Ana Monguilod.

Um dos coordenadores da pesquisa, Eurico Marcos Diniz de Santi, avalia que o sistema brasileiro, da forma como é atualmente, é arcaico e injusto. "Como provar a intenção [de fraudar?]", questiona.

No Reino Unido e África do Sul, por exemplo, há gradação da penalidade conforme a conduta do contribuinte e as provas apresentadas para o cumprimento da obrigação tributária, se houve má interpretação por incompreensão ou descaso. No Reino Unido, a multa por erro é de 30% e se há dolo sobe para 70%.

Segundo os pesquisadores, se o Brasil tivesse o nível médio de complexidade tributária de México e Colômbia, por exemplo, o **PIB** per capita poderia ser 6,2% maior. Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não se pronunciou. Página E1

**Notícias Relacionadas:**

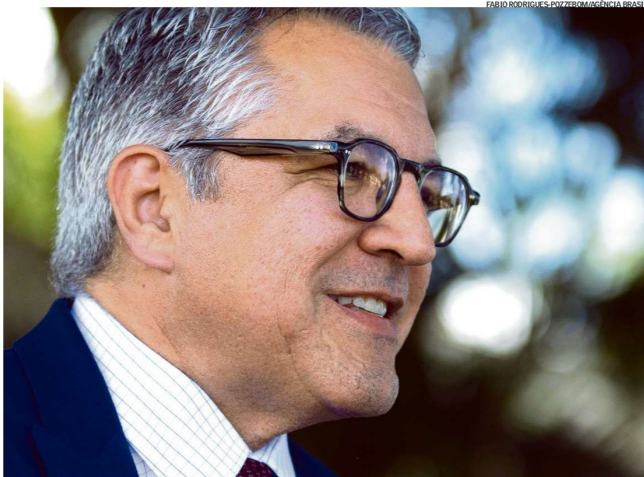
VALOR ONLINE

Brasil cobra multa fiscal mais elevada do mundo

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1&section=1)**

# Cronograma da regra fiscal ainda será definido, diz Padilha



Alexandre Padilha: "Ainda vamos definir este cronograma; o tema vai ser tratado no ambiente interno do governo"

**João Valadares De Brasília**

Mesmo com o adiamento da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à China, o governo não definiu quando o novo marco fiscal será tornado público. Antes de ser acometido por uma pneumonia leve, Lula havia dito que o novo arcabouço seria apresentado logo após retorno da viagem ao país oriental.

As novas regras, que vão substituir o teto de gastos, implementado em 2016 durante o governo Michel **Temer**, têm causado grande expectativa no mercado. Após reunião com Lula na manhã da segunda-feira (27), no Palácio da Alvorada, o ministro-chefe das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o cronograma ainda vai ser definido.

"Não tem data definida. As conversas que aconteceriam na China devem acontecer em Brasília. Ainda vamos definir este cronograma. O tema vai ser tratado no ambiente interno do governo", pontuou.

Padilha destacou que Lula está se recuperando muito bem e que vai manter agendas de trabalho no Alvorada pelos próximos dias. E também ressaltou que o ambiente no Congresso Nacional para recepção das novas regras fiscais é bastante positivo.

"[O arcabouço] vai ser debatido com celeridade e qualidade para que seja votado o mais rápido possível. É importante para o país ter uma regra definida", disse Padilha.

Ele destacou que Lula vai aproveitar a semana para aprofundar o debate sobre o marco fiscal. "Haddad vai dar retorno a Lula de conversas com líderes do governo", disse.

Na última sexta, após agenda com Lula no Alvorada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a equipe técnica da pasta já havia finalizado a elaboração de respostas a questionamentos do próprio presidente sobre o arcabouço fiscal. Além de Lula, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também já conheceram detalhes do texto.

Alexandre Padilha ainda comentou que, após o cancelamento da viagem à China, ainda não existe uma previsão de quando Lula vai retomar a agenda. "As autoridades chinesas manifestaram compreensão do cancelamento da missão e vão trabalhar uma nova data. É importante ressaltar que várias agendas na China foram mantidas", declarou.

O ministro minimizou o impasse no Congresso Nacional relativo ao rito das medidas provisórias. "Não existe ameaça nem sinalização de impasse sobre medidas provisórias. O governo tem aprovado tudo aquilo que buscou aprovar. Lira tem reunião com líderes para ajustar o calendário", declarou.

O tema tem provocado uma crise entre Lira e Pacheco. A rus-ga entre os chefes das casas legislativas pode embarrear a tramitação de medidas provisórias enviadas pelo Planalto ao Congresso, como as MPs do **Carf**, do Bolsa Família e da reestruturação do governo.

Sobre a indicação de novos diretores do Banco Central, o ministro repetiu o que havia dito na semana passada. De acordo com ele, não haverá dificuldades para realização de sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) assim que o governo encaminhe os nomes para avaliação do Senado.

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE  
Cronograma da regra fiscal ainda será definido, diz Padilha

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1&section=1)

# Lira apresenta a Pacheco exigências para superar impasse sobre MPs



Lira: propõe estabelecimento de prazo para a análise de MPs pelas comissões

**Vandson Lima, Fabio Murakawa, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Caetano Tonet De Brasília**

Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) apresentou ontem ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sua proposta de mudança no rito das medidas provisórias (MP) para que seja superado o impasse entre as duas Casas do Congresso. Os pontos principais são estabelecer prazo para a análise de MPs pelas comissões mistas e que estas sejam compostas por mais deputados do que senadores, em uma proporção de três deputados para cada senador.

Lira já havia levado a ideia a interlocutores do Palácio do Planalto no fim de semana. Segundo o Valor apurou, ele propôs que, de imediato, o governo indique três medidas provisórias editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para que sejam votadas de acordo com o rito pré-pandemia, ou seja, com a formação de comissões mistas iguais de senadores e deputados. Para as demais, Lira quer que o governo envie projetos de lei em regime de urgência. Esses PLs começariam seu rito pela Câmara.

Caso tenha que escolher três MPs para tramitar no rito antigo, o Planalto destacará a do Bolsa Família, a da reestruturação do governo e a do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Lira exige, além disso, quatro ajustes na tramitação de MPs: primeiro, uma mudança na composição das comissões mistas, com mais deputados do que senadores, considerando que a Câmara é mais numerosa do que o Senado. Assim, ele propõe que haja por colegiado um senador para cada três deputados. Hoje, a participação é igual para as duas Casas, com 12 deputados e 12 senadores, e os temas são aprovados por maioria simples.

Depois, o presidente da Câmara propõe o estabelecimento de um prazo máximo para que as comissões apreciem as MPs. Estourado esse prazo, as medidas seguirão direto ao plenário, começando pela Câmara. Haveria também uma restrição nas atribuições das comissões mistas, limitando-as a julgar se as MPs têm urgência e se são constitucionais.

Por fim, Lira quer retirar da Constituição o tema das medidas provisórias, que seriam reguladas por resolução do Congresso Nacional. Mas para tal, será necessária a aprovação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) com a mudança.

Segundo fontes, o governo Lula não vai se posicionar sobre o plano. Apenas espera o "ok" de Pacheco. No Palácio do Planalto, acredita-se que a questão de limitar os prazos das comissões, dentre as sugestões de Lira, é "a mais factível" e será aceita. Isso poderia ocorrer por resolução, sem precisar de uma PEC.

Após reunião entre Lira e líderes partidários de cerca de duas horas e meia, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse ter sentido disposição para resolver o impasse. "Vamos procurar nos próximos dois, três dias chegar a um acordo entre as duas Casas. Senti dos líderes e de Lira uma boa vontade de chegar a um acordo", disse o petista, que se reuniria ainda ontem com o presidente Lula e com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Eu acho que o único caminho é a volta das comissões mistas", avaliou.

A líder do PCdoB Jandira Feghali (PCdoB-RJ), disse que é unânime entre líderes da Câmara a defesa de um prazo para análise das comissões mistas, bem como é consensual que deve haver maior proporcionalidade na distribuição de vagas entre a Câmara e o Senado.

Segundo Tarcísio Motta (Psol-RJ), lideranças da Câmara não farão indicações para comissões mistas que apreciarão MPs enviadas por Lula ao Congresso enquanto não houver acordo.

Lider do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (Re-de-AP) avaliou que há um avanço nas conversas. "Estamos buscando desde 1-de fevereiro. Tenho esperança que a gente consiga", disse. "Eu diria que o acordo está se concretizando. Temos, da semana passada pra cá, um avanço".

Enquanto o acordo sobre as MPs editadas no governo Lula não sai, a Câmara começou a decidir sobre as últimas 13 MPs publicadas no governo Bolsonaro (PL). Elas estavam paradas à espera de despacho de Pacheco, que as enviou aos deputados sem a análise por comissões. Duas delas foram aprovadas: a atuação da Caixa Econômica Federal como operadora do Seguro Dpvat e a prorrogação de contratos de trabalho em hospitais federais. As demais serão votadas até quinta-feira.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1&section=1)**



# Brasil é um dos países com as maiores multas fiscais do mundo



Coordenador acadêmico Eurico Marcos Diniz de Santi: nem o Fisco entende a legislação tributária brasileira

## Reforma Tributária Laura Ignácio De São Paulo

O Brasil, junto com a África do Sul, está entre os países com as maiores multas fiscais do mundo. A **Receita Federal** aplica 150% se entende ter havido fraude, dolo ou simulação em uma operação econômica, com o objetivo de não pagar ou recolher menos **tributos**. Porém, só aqui ela é adotada sob critérios subjetivos, trazendo insegurança jurídica ao ambiente de negócios, segundo aponta pesquisa acadêmica da FGV Economia e Direito SP.

Esse cenário, segundo especialistas, traz a necessidade de o Brasil, paralelamente à **reforma tributária**, adotar novas regras para a aplicação da chamada multa qualificada. Para um dos coordenadores acadêmicos da pesquisa, Eurico Marcos Diniz de Santi, uma das causas das altas penalidades é o fato de nem o Fisco entender a **legislação tributária**.

"O sistema de multas brasileiro é muito arcaico e injusto. Como provar intenção? E fica ainda mais subjetivo quando há pressão sobre o Fisco para aumentar a arrecadação" diz.

O grupo de pesquisadores da FGV Economia e Direito SP se uniu para fazer o levantamento sobre a aplicação desse tipo de penalidade no Brasil ao verificar, por meio da Lei de Acesso à Informação, que a qualificada é a multa federal que mais cresce no país: entre 2011 e 2019, o índice foi de 70% em quantidade e de 112% em termos de valor.

Eles então compararam os dados do Brasil com os de outros seis países: Estados Unidos, Reino Unido, França, África do Sul, Colômbia e México. Todos

impõem multa qualificada com percentuais máximos elevados. Na África do Sul, 150%; no México é de 142,5%; na Colômbia e Reino Unido, 100%; na França, 80%; e nos EUA, 75% e multas fixas. Porém, no Brasil, destacam os pesquisadores, o Fisco "supõe" a intenção do contribuinte para aplicar a penalidade.

"A França também tem critérios subjetivos, mas quando a jurisprudência é analisada eles objetivam as condutas que darão ensejo à aplicação da multa qualificada", afirma Breno Ferreira Martins Vasconcelos, um dos coordenadores de campo da pesquisa. Para ele, penas repressivas poderiam ser reservadas a devedores contumazes.

O levantamento destaca também que, no Brasil, esse ambiente não é resolvido com a jurisprudência. Na Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, por exemplo, dos 179 acórdãos analisados, 89 afastaram a multa qualificada, 90 mantiveram, 37 não conheceram o recurso e 41 tratavam de matéria alheia.

Os pesquisadores concluíram haver divergência de entendimento da própria Câmara Superior sobre quais atos qualificam (ou não) a multa. É o caso, por exemplo, da omissão de receitas, da reiteração da conduta e da utilização de interpostas pessoas.

Do Supremo Tribunal Federal (STF), o estudo destaca um recurso afetado com repercussão geral para definir se o artigo 44, parágrafo 1º, da Lei nº 9.430/1996, que prevê a multa qualificada, viola aos princípios constitucionais do não confisco, da proporcionalidade, da razoabilidade, da moralidade e da segurança jurídica (RE 736.090/SC). Por enquanto, segundo a pesquisa, a Corte tem limitado as multas punitivas a 100% do tributo devido e as multas de mora a 20%.

Com base nos dados dos outros países, segundo os pesquisadores, o ideal seria que os critérios de aplicação da multa qualificada no Brasil passassem a ser objetivos e com gradações. O Fisco, dizem, consideraria as provas apresentadas pelo contribuinte sobre seu comportamento em relação às obrigações tributárias, o que se chama de "economia comportamental".

"No Reino Unido e África do Sul há maior nível de gradação conforme a conduta do contribuinte, pelas

provas do nível de cuidado adotado para o cumprimento da obrigação tributária", afirma a pesquisadora Maria Raphaela Dadona Matthiesen. "No Reino Unido, se é demonstrado que houve um erro puro por má interpretação da regra, a multa pode ser limitada a 30%. Se foi puro descaso, a 70%." Por isso, o mais importante é a forma como isso é trabalhado na relação entre Fisco e contribuinte, diz a pesquisadora Laura Romano Campedelli. "Se o contribuinte entende que aquilo foi uma infração, não há percepção de ilegitimidade", afirma.

Uma reforma nos critérios da multa qualificada também causaria reflexos nos dados econômicos. De acordo com o estudo, se o país tivesse o nível médio de complexidade fiscal do México, Colômbia e África do Sul, o **PIB** per capita do Brasil poderia ser 6,2% maior. "Quanto maior a complexidade, menor o **PIB** per capita", diz Bráulio Borges, um dos coordenadores de campo da pesquisa. "É um dos aspectos da complexidade é a forma como o Fisco faz essa auditoria." A própria OCDE, segundo Borges, tem feito recomendações de uma postura mais cooperativa entre Fisco e contribuinte para maximizar a arrecadação levando em consideração também a economia comportamental.

"Vamos supor que uma empresa foi autuada pelo recolhimento a menor de IRPJ e CSLL de R\$ 100 mil. Se o Fisco entender que os **tributos** não foram recolhidos em situação que envolveu fraude, a multa, que normalmente seria de 75%, será majorada para 150%, mais juros de mora, chegando a R\$ 250 mil, mais a Selic", afirma a advogada Ana Monguilod, sócia no i2a Advogados. "O problema é que eles [Fisco] acabam rotulando muitas coisas de fraudulentas quando não o são." Para Ana, o ambiente extremamente hostil, com a aplicação de multas "absurdamente altas", força o contribuinte a brigar no Judiciário ou a aguardar o próximo "Refis" (programa de parcelamento). "Entendo que, antes ou junto com uma **reforma tributária**, deveríamos repensar tanto a relação Fisco-contribuinte como o contencioso tributário", diz. "Da maneira que o nosso contencioso está estruturado, mesmo se conseguíssemos desenhar o sistema tributário mais moderno e lindo do mundo, no final do dia tudo desembocaria nos tribunais." Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Brasil é um dos países com as maiores multas fiscais do mundo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503>



## Melhoria na relação

Países que adotaram programas de cooperação, por tipo de contribuinte\*

Países	Grandes contribuintes		Milionários		Outros	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Argentina	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Austrália	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Áustria	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Bélgica	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<b>Brasil</b>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Bulgária	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Canadá	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Chile	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
China	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Colômbia	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Fonte: OCDE (2021). \*Referente aos anos de 2018 e 2019

# Entidades querem juros em 1,9%; bancos não abrem mão de 2%



Centrais sindicais, órgãos ligados aos aposentados e confederações de trabalhadores de diversos setores definiram que aceitarão um limite de 1,9% para a taxa de juros do crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A decisão foi tomada em videoconferência realizada na manhã desta segunda-feira.

O setor bancário, porém, não deve abrir mão de um teto de juros próximo de 2%, o que pode levar a uma queda de braço entre os dois lados nesta terça-feira, em reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) para definir uma nova taxa.

O encontro entre sindicatos visava acabar com o impasse gerado há duas semanas, após o conselho aprovar redução de 2,14% para 1,7% no empréstimo pessoal consignado e de 3,06% para 2,62%, no cartão de crédito e no cartão de benefício e os bancos suspenderem o crédito três dias depois.

Dentre as instituições que pararam de fazer empréstimo consignado estão Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Pan, Mercantil do Brasil, C6 Bank e Daycoval. O governo realizou várias reuniões na semana passada para tentar um acordo e as entidades sindicais reclamam de não terem sido convocadas para os encontros.

"A gente não foi chamado em nenhum momento após o dia 13.

Estamos sendo escanteados pelo governo. Por isso, a gente fez essa reunião com outros sindicatos para

levar uma posição na reunião de amanhã e queremos ser ouvidos", diz João Inocentini, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi). No encontro desta segunda, ficou definido que os representantes sindicais irão propor o limite de 1,9% da taxa de juros e a criação de um grupo de trabalho para discussão do consignado do **INSS** a cada 60 dias (Cristiane Gercina, da Folhapress).

### Tebet critica o Copom

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, criticou o tom do **comunicado** emitido pelo Copom após a reunião encerrada na semana passada. Na última quarta-feira, o Banco Central, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), decidiu manter a Selic em 13,75%. Essa é a taxa básica de juros do Brasil, e o governo Lula tem pressionado o BC para que ela seja reduzida.

Após a decisão, o Copom emitiu um **comunicado** indicando que, inclusive, pode subir a taxa de juros no futuro. Para analistas, o **comunicado** sinaliza que o BC adotou postura de confronto com o governo federal.

Para a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o **comunicado** tem viés político, que precisa ser levado em conta. "Terminaram mandando um recado errado para a equipe econômica", explicou ela. "Não precisavam esticar a corda como esticaram. O **comunicado** do Copom saiu com tom errado", disse em evento da consultoria Arkos, em São Paulo, nesta segunda.

No **comunicado**, o BC argumentou que os juros foram mantidos em 13,75% por causa da **inflação**. Tebet fez questão de afirmar que "o combate à **inflação** é prioritário" também para o governo (Saulo Pereira Guimarães, da Folhapress ).

Site: [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-ae714b2895215ee6c844a04374bde7fb.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-ae714b2895215ee6c844a04374bde7fb.pdf)

# Previc estuda vetar bônus de R\$ 9,3 milhões na Petros



## Remuneração.

Diretores do fundo de pensão da Petrobras podem perder bônus recém-aprovado

cerca de R\$ 30 bilhões acumulados em gestões anteriores.

Procurada, a Petros reiterou em nota que a política de remuneração variável existe desde 2005 e que o pagamento de bônus foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, de acordo com regras de governança.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**GERALDA DOCA** [geralda@bsb.oglobo.com.br](mailto:geralda@bsb.oglobo.com.br) BRASÍLIA

A Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), que fiscaliza os fundos de pensão, estuda suspender o pagamento de bônus de R\$ 9,3 milhões a quatro diretores da fundação Petros (fundo de pensão dos trabalhadores da Petrobras). Apesar da situação deficitária da entidade, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou na sexta-feira a distribuição do bônus por meta alcançada, conforme revelou O GLOBO.

Após a decisão, a Previc decidiu apurar denúncia encaminhada por representantes dos participantes. Segundo técnicos, a Previc pretende aplicar a Instrução Normativa 15. A norma permite a suspensão de qualquer forma de remuneração variável para gestores e proibição de aumento de pro ventos que possam colocar em risco a solidez e estabilidade das entidades fechadas de **previdência complementar**.

Além disso, a Previc pretende regulamentar a política de remuneração variável, como pagamento de bônus e salários extras a gestores. O objetivo é evitar a distribuição de bônus sem condicionantes.

Além de redução de despesas administrativas, a ideia é adotar critérios como a rentabilidade acumulada nos últimos 36 meses, inexistência de déficits e exigência de auditoria. O assunto deverá ser discutido pelo Conselho Nacional de **Previdência Complementar**, que define as diretrizes para o setor.

No caso da Petros, um universo de 50 mil participantes paga uma contribuição extra vitalícia equivalente a 30% do valor do benefício. A patrocinadora também arca com parte do rombo, de

# Governo quer formar 100 mil médicos especialistas em atenção primária em dez anos (Projeto Saúde Pública)

**Raquel Lopes**

O governo estima ser necessário formar 100 mil médicos especialistas em saúde da família nos próximos dez anos para mudar o perfil de quem atua na atenção primária da rede pública.

O diagnóstico é que os médicos da área são, em grande parte, recém-graduados. Com as iniciativas, o governo espera uma formação mais robusta e elevação do conhecimento técnico dos profissionais.

O secretário nacional de Atenção Primária à Saúde, Nésio Fernandes, diz que o novo desenho do programa Mais Médicos vai contribuir para que o país mude o cenário principalmente pelo estímulo à especialização na área.

O programa vai oferecer pós-graduação e mestrado em medicina da família e comunidade. O profissional que atuar quatro anos no programa, prazo de permanência que pode ser renovado por igual período, poderá fazer a prova de título da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade para obter o certificado de especialista sem necessidade de fazer residência médica.

Para os cursos de especialização, o Ministério da Saúde pretende fazer parcerias com universidades que já têm expertise em ofertar programas para áreas de difícil acesso, como a Universidade Federal do Amazonas.

"Hoje existe um déficit de 12 mil vagas de especialização no país por ano. O SUS está ficando com recém-formado que faz bico na atenção primária", disse. "A discussão está na perspectiva de, em dez anos, formar 100 mil médicos de família e comunidade titulados no Brasil para atender tanto a atenção privada quanto a saúde pública."

Do total de médicos formados no Brasil participantes do Mais Médicos, 64% desistem principalmente por terem sido aprovados em residência médica e decidirem buscar uma especialização.

Por isso, ele diz acreditar ser importante a oferta de

especialização e mestrado e de um adicional das bolsas no programa. Os médicos formados pelo Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), por exemplo, poderão receber adicional de 40% a 80% do valor se completarem os quatro anos no programa, o que equivaleria a extra de aproximadamente R\$ 500 mil.

No edital, o profissional poderá escolher a cidade em que pretende atuar. Quem optar por áreas de maior vulnerabilidade e dificuldade de fixação de médicos, como DSEIs (Distrito Sanitário Especial Indígena) ou periferias, receberá um adicional maior.

O governo federal anunciou a nova versão do Mais Médicos neste mês com a abertura de 15 mil novas vagas. Até o final de 2023, serão 28 mil profissionais fixados em todo o país, principalmente nas áreas de extrema pobreza.

Do total, 5.000 médicos serão todos financiados pela União e direcionados a municípios que constem no edital. Já as outras 10 mil vagas serão ofertadas para municípios que tenham interesse em atrair mais profissionais -nesses casos, a União vai oferecer as especialidades e o adicional, e o município será responsável pela bolsa.

O secretário disse que o programa vai continuar contratando médicos intercambistas, brasileiros e estrangeiros. Ele diz acreditar que 90% das vagas sejam ocupadas por brasileiros, com ou sem registro no Brasil.

"O que foi feito por Dilma, **Temer** e Bolsonaro vai continuar sendo feito agora [contratação de médico sem registro no Brasil] porque constitui uma via importante de provimento médico para áreas onde trabalhadores médicos que têm registro no Brasil não querem atuar. Esse é um dispositivo utilizado na Austrália, nos Estados Unidos", disse.

Fernandes prometeu colocar médicos em todas as cidades brasileiras, algo que nem a primeira versão do programa atingiu com os cubanos. Em 2015, o programa chegou a ter 18.250 médicos e alcançou 4.850 municípios e DSEIs.

"Hoje nós temos 2,8 médicos por mil habitantes. Para as 152 vagas ofertadas no edital para os DSEIs foram inscritos 4.900 brasileiros que ainda não revalidaram o diploma. Se para os DSEIs nós tivemos essas candidaturas, imagina para o interior do Brasil, municípios com menos complexidade que um território indígena. A quantidade de profissionais hoje estudando no exterior e já formado é muito maior do que há 10 anos."

Como era: médicos brasileiros, médicos brasileiros formados no exterior, médicos estrangeiros e cubanos por meio da cooperação com o país

Como fica: médicos brasileiros, médicos brasileiros formados no exterior, médicos estrangeiros. Os cubanos podem participar dessa última etapa, mas não haverá cooperação com o país

Como era: lançamento de um edital para cada etapa

Como fica: edital único para recrutar médicos brasileiros e estrangeiros

Como era: não havia

Como fica: poderá receber adicional de 10% a 20% da soma total das bolsas de todo o período em que esteve no programa, a depender da vulnerabilidade do município; receberá o incentivo completo ao final de 48 meses ou poderá antecipar 30% desse valor ao final de 36 meses

Como era: não havia

Como fica: poderá receber adicional de 40% a 80% da soma total das bolsas de todo o período em que esteve no programa, a depender da vulnerabilidade do município; será pago em quatro parcelas: 10% por ano durante os três primeiros anos, e os 70% restantes ao completar 48 meses

Como era: não havia

Como fica: serão ofertadas vagas para os residentes de Medicina de Família e Comunidade que foram beneficiados pelo Fies, auxiliando no pagamento total do valor da dívida

Como era: ciclo de três anos, prorrogável por igual período

Como fica: ciclo de quatro anos, prorrogável por igual período

Como era: especialização

Como fica: especialização, mestrado ou

aperfeiçoamento

Como era: não havia

Como fica: será concedida para os médicos que concluírem a Residência de Medicina de Família e Comunidade

Como era: deixa de receber a bolsa durante o período de licença, passando a receber auxílio do **INSS**

Como fica: receberá a bolsa para completar o valor do auxílio do **INSS** durante o período de até seis meses

Como era: sem previsão de afastamento durante esse período

Como fica: receberá a bolsa durante o período de até 20 dias

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/03/governo-quer-formar-100-mil-medicos-especialistas-em-atencao-primaria-em-dez-anos.shtml>**



# Nas mãos do STF, a extinção ou não da aposentadoria especial (Rômulo Saraiva)

**Rômulo Saraiva**

Quando a reforma da Previdência mudou as regras da aposentadoria especial, em 2019, ao incluir idade mínima para aposentaria, praticamente desvirtuou a essência do benefício. A ideia de permitir que trabalhadores se aposentassem mais cedo se devia à nocividade a que certas profissões os expõem. Aos que correm risco de vida ou de adoecimento, nada mais justo do que ser afastado do trabalho com a aposentadoria.

Ao ser atrelado requisito etário para se jubilar, esse benefício praticamente fica inutilizado. Instado para resolver esse problema, o Supremo Tribunal Federal vai analisar a inconstitucionalidade da regra que fixou idade mínima e, caso o **INSS** seja derrotado, a aposentadoria especial ficará como antes. O ministro Ricardo Lewandowski pediu vista e suspendeu o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade nº 6.309.

Além da idade mínima, também está na pauta do STF a análise sobre a proibição de conversão de tempo especial em tempo comum e a redução do valor da aposentadoria especial de 100% para 60% sobre o salário de benefício.

A Constituição de 1988 autorizou por mais de três décadas a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria precoce nos casos de portadores de deficiência, atividade de risco ou atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Exemplo desta última são as pessoas que trabalham com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou associação desses agentes. Esses trabalhadores podem se aposentar -a depender da intensidade do risco- com 15, 20 ou 25 anos, sendo irrelevante a idade do homem ou da mulher.

Em 2019, além da necessidade de o trabalhador permanecer em área nociva, a emenda constitucional 103 instituiu idades mínimas de 60 anos, 58 anos e 55 anos para quem comprovar, respectivamente, o exercício em atividade arriscada pelo tempo de 25, 20 e 15 anos de contribuição.

Para o grande público, pode causar estranheza

alguém se aposentar com apenas 15 anos de contribuição. Ou mesmo 20 ou 25 anos. A justificativa para essa excepcionalidade no sistema previdenciário é que quanto menor for o requisito de contribuição, maior será o risco de morrer ou adoecer.

A regra autoriza o segurado a "ir para casa mais cedo" para poupar sua integridade física. Só para traçar um paralelo, em Minas Gerais, na época do ciclo do ouro, a expectativa de vida de um escravo atuante na mineração era de 7 a 12 anos. Até 2019, a aposentadoria especial dos trabalhadores em atividades permanentes no subsolo de mineração subterrânea em frente de produção era de 15 anos, em razão do risco elevado de adoecimento ou morte.

No entanto, a grande maioria de trabalhadores com atividade de risco só se aposenta aos 25 anos de contribuição, a exemplo de médicos, auxiliar de enfermagem, vigilantes, químicos, portuário, frentistas, metalúrgico etc. Mas a reforma acabou com essa possibilidade, na medida em que indexou a idade mínima.

Na prática, indiretamente termina exigindo que o segurado, mesmo exposto a atividades nocivas, fique mais tempo sujeito ao agente nocivo. Antes de 2019, um vigilante que começasse a trabalhar aos 20 anos de idade poderia se aposentar aos 45 anos se exercesse continuamente a atividade por 25 anos. Agora, se ele começar a exercer a atividade vigilante aos 20 anos, terá que trabalhar por 40 anos, a fim de atingir o requisito etário de 60 anos.

De 1960 a 1991, a Lei Orgânica da **Previdência Social** só permitia aposentadoria especial a quem tivesse ao menos 50 anos de idade. O problema é que a partir de 2019 a idade mínima de 61 anos, e 25 anos de atividade nociva, terminou exigindo que o segurado, por exemplo, ao começar a trabalhar com 20 anos de idade permaneça por 41 anos, caso atue ininterruptamente no ramo nocivo.

É verdade que a reforma previdenciária criou a regra de transição, que atenua um pouco esse cenário. O texto criou o sistema de pontos, em que a pontuação e idade variam conforme o risco (baixo, médio ou elevado). No caso do risco baixo, será necessário ter 86 pontos, dos quais no mínimo será necessário ter 25 anos de atividade especial e 61 anos de idade. O risco

médio exige 76 pontos (20 anos nocivos + 56 anos de idade) e o elevado 66 pontos (15 anos nocivos + 51 anos de idade).

A reforma previdenciária faz com que o trabalhador se sujeite por mais tempo ao risco, potencializando que ele morra ou adoça antes mesmo de ter acesso ao benefício previdenciário. Com a retomada do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, está nas mãos do Supremo a correção dessa distorção que foi impingida na Constituição Federal.

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2023/03/nas-maos-do-stf-a-extincao-ou-nao-da-aposentadoria-especial.shtml>**

# Zema defende aumento de 300% no próprio salário



Reajuste. Zema repassa a instituições valor recebido por mês, atualmente R\$ 7,9 mil em valores líquidos; lei não permite que o governador abra mão do salário

**BIANCA GOMES, JAN NIKLAS E LUÃ MARINATTO**  
*politica@oglobo.com.br SÃO PAULO E RIO*

O governador de Minas, Romeu Zema (Novo), saiu em defesa do projeto de lei que prevê o reajuste de quase 300% em seu salário, de seu vice e dos secretários estaduais. Em publicação no Twitter, o mandatário afirmou que a medida é necessária para "atrair e manter os mais competentes nos quadros técnicos". Caso a iniciativa seja aprovada, o aumento será escalonado em três anos, e o valor chegará a R\$ 41,8 mil em fevereiro de 2025 - patamar que levará o pagamento mensal do último lugar no ranking dos governadores para a vice-liderança, atrás de Sergipe.

O projeto apresentado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a pedido de Zema prevê que o seu salário passe dos atuais R\$ 10,5 mil para R\$ 37,5 mil a partir de 1º de abril; R\$ 39,7 mil em fevereiro de 2024; e R\$ 41,8 mil em fevereiro de 2025.

No caso do vice-governador, a remuneração chegará a R\$ 37,6 mil no penúltimo ano de mandato. Ele recebe, segundo o Portal de Transparência do governo de Minas, R\$ 11,5 mil -além de vice, Mateus Simões exerce a função de secretário de governo.

Os demais secretários devem chegar ao mesmo período ganhando R\$ 34,7 mil, e os adjuntos, R\$ 31,2 mil. O texto do projeto afirma que a proposta visa a uma recomposição das perdas decorrentes da **inflação**, considerando o fato de que os valores atualmente pagos estão em vigor desde janeiro de 2007.

"Para Minas continuar avançando, é preciso atrair e manter os mais competentes nos quadros técnicos.

São mais de 15 anos de congelamento dos salários dos secretários estaduais, situação incompatível com o cargo.

Agradeço à ALMG que apresentou, a meu pedido, PL que resolve o problema", escreveu o governador em sua conta no Twitter.

Uma emenda constitucional aprovada no Congresso em 2003 impede que os salários de secretários e demais "ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional" seja superior ao do chefe do Executivo - no caso dos estados, o governador. Trata-se do mesmo dispositivo que limita os vencimentos de qualquer servidor público ao teto imposto pelos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Dentro do atual salário bruto, de R\$ 10,5 mil, o valor líquido de R\$ 7.964,87 corresponde à quantia que é repassada a instituições desde 2019, quando assumiu o cargo. Zema chegou a firmar um documento em cartório em que atestava que não iria receber a remuneração até que todos os **servidores públicos** estivessem com o salário em dia, porém a Lei 16.658/2007, referente a remuneração dos cargos, não permite que o governador abra mão do salário.

**OUTROS AUMENTOS** No caso de aprovação, o governador de Minas passará a receber o segundo maior salário entre seus pares. Em Sergipe, menor estado do Brasil, um aumento aprovado no fim do ano passado prevê que o governador Fábio Mitidieri (PSD) passe a receber R\$ 41,6 mil em 1º de abril; subindo para R\$ 44 mil em 1º de fevereiro de 2024; e R\$ 46,3 mil em fevereiro de 2025.

Recentemente, outros governadores tiveram suas remunerações incrementadas.

No fim do ano passado a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou um aumento de 50% no salário do chefe do executivo. Dessa forma, o salário pago a Tarcísio de Freitas (Republicanos) foi reajustado de R\$ 23 mil para R\$ 34,5 mil.

E novos aumentos podem vir pela frente em outros locais.



No Rio, por exemplo, há um projeto que ainda pode ser votado que prevê reajuste de mais de 60% para todo o primeiro escalão do estado. Se isso ocorrer, o salário de Cláudio Castro (PL) salta de R\$ 21,8 mil para cerca de R\$ 35,4 mil reais.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

## EXEMPLOS DE REMUNERAÇÃO

### Sergipe



**Fábio Mitidieri**  
PSD

**R\$ 39mil**

Líder do ranking, o governador de Sergipe recebe R\$39,2 mil passará a receber R\$ 41,6 mil; valor chegará a R\$ 46,3 mil em 2025

### São Paulo



**Tarcísio de Freitas**  
Republicanos

**R\$ 34,5mil**

No fim do ano passado, a Alesp aprovou um aumento de 50% no salário, que era de R\$ 23 mil e passou a ser de R\$ 34,5 mil

### Rio de Janeiro



**Cláudio Castro**  
PL

**R\$ 21,8 mil**

Um projeto que ainda pode ser votado prevê aumentar em 60% salário do governador, que hoje é de R\$ 21,8 mil e iria a R\$ 35,4 mil

### Maranhão



**Carlos Brandão**  
PSB

**R\$ 15,9 mil**

O segundo menor salário entre os governadores pode cair para a última posição, caso o aumento de Romeu Zema seja aprovado.

### Minas Gerais



**Romeu Zema**  
Novo

**R\$ 10,5 mil**

Atual salário mais baixo entre os governadores. Com o reajuste para R\$ 37,5 mil em abril, o governador de Minas subiria para segunda posição do ranking. Com o aumento escalonado ele chegaria a R\$ 41,8 mil em 2025.

# Reformas para o Brasil crescer (Editorial)

O adiamento da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China resultou em frustrações dentro do governo, mas abriu uma brecha para que o Palácio do Planalto acelere uma série de projetos que, sem sombra de dúvidas, farão muito bem ao país. A começar pelo novo arcabouço fiscal, cuja divulgação estava marcada para depois da volta do líder brasileiro da nação asiática. As novas regras fiscais são fundamentais para trazer a tranquilidade que a economia precisa para voltar a crescer.

Além de abrir caminho para a queda da taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% ao ano, dará um sinal claro ao setor produtivo de compromisso com a previsibilidade, ponto fundamental para investimentos que resultem em mais empregos e aumento da renda.

O governo poderá, ainda, trabalhar com mais afinco para a retomada efetiva das atividades do Congresso, hoje travados pela disputa entre os presidentes da Câmara e do Senado em torno do rito de votação das medidas provisórias. Há a promessa de que ao menos 13 MPs editadas na administração passada serão avaliadas nesta semana, mas o suspense continua no ar, colocando em risco o funcionamento da máquina pública e prejudicando os mais pobres, pois as novas regras do Bolsa Família estão no pacote de projetos parados. Lula, com toda a sua expertise em negociação política, deve entrar em campo para que deputados e senadores cheguem a um consenso. Será um serviço essencial à nação, cujas demandas não param de crescer.

Outro ponto relevante será o encaminhamento da **reforma tributária**, esperada há mais de três décadas. Após anos e anos de discussões, o tema está maduro para ir à votação. Todas as projeções apontam que a simplificação do sistema de **impostos** permitirá ao Brasil dar um salto espetacular, seja tornando o ambiente de negócios mais amigável, seja fazendo justiça social, pois, da forma como a estrutura arrecadatória está montada, são os mais pobres que, proporcionalmente, despejam mais recursos nos cofres do Tesouro Nacional. A **reforma tributária**, por sinal, será tema de um amplo debate promovido pelo Correio em 12 de abril. O evento contará com autoridades do governo, parlamentares e especialistas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, vêm enfatizando que o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária** compõem a pauta prioritária do governo neste primeiro

semestre.

No caso da mudança no sistema de **impostos**, a proposta é começar pelo consumo, hoje extremamente onerado, enquanto a renda é pouco tributada. Corrigir essa distorção é fundamental. Isso passa pela eliminação de alguns **impostos** e fusão de outros, deixando mais justo o recolhimento de taxas pela população e pelas empresas. O Brasil está muito atrasado nesse quesito em relação ao mundo civilizado, afastando capitais que poderiam incrementar o Produto Interno Bruto (**PIB**) e reduzir as desigualdades sociais.

É certo que, independentemente de toda a discussão em torno dos projetos de reforma que estão na Câmara e no Senado, que devem ser fundidos, priorizando o que cada um tem de melhor, haverá muita gritaria, sempre com o argumento de que alguns setores econômicos serão prejudicados. Faz parte do jogo. O que realmente deve imperar é o benefício da reforma para a maioria. O Brasil é um país de privilégios aos grupos mais organizados, que conseguem falar mais alto. Não é possível, porém, que essas castas continuem dando as cartas diante de um fosso tão profundo que separa ricos e pobres.

O Correio, pelo seu histórico de sempre debater os temas mais relevantes para o país, dará voz para que todos coloquem seu ponto de vista. Mas a convicção da sociedade, em sua maior parcela, é de que a reforma, assim como o novo arcabouço fiscal, é preponderante para que o país tire os dois pés do atraso.

Está nas mãos do governo e do Congresso cumprirem a promessa de fazer do Brasil uma economia moderna, mais justa, amigável ao capital, com segurança jurídica e envolta em credibilidade. Que esse empenho prevaleça.

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/03/28/all.pdf>

# Prefeitos mineiros buscam quase R\$ 1 bilhão em Brasília



**Ígor Passarini**

Centenas de chefes do Executivo municipal mineiro chegaram, ontem, a Brasília para a XXIV Marcha dos Prefeitos. Eles reivindicam aumento de R\$ 900 milhões no repasse feito pelo governo federal a Minas Gerais. Segundo a Associação Mineira de Municípios (AMM), o valor representa 1% da arrecadação anual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). "Estamos pedindo a inclusão deste percentual extra no mês de março para todas as cidades brasileiras", informou o presidente do órgão e prefeito de Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, Dr. Marcos Vinícius Bizarro (PSDB).

Com o tema "Pacto Federativo; um olhar para o futuro", o evento ocorre até a próxima quinta-feira. A abertura será realizada hoje, às 9h, com presenças confirmadas do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), e do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). A delegação mineira na capital federal conta com 1.700 pessoas, incluindo mais de 400 prefeitos.

"A marcha é o momento de mostrarmos a importância do municipalismo. Momento de discutirmos com os que fazem as leis que a vida do cidadão é na cidade, não em Brasília ou no estado. Os nossos maiores problemas começam em Brasília, que cria obrigações, mas sem apontar a fonte", disse a prefeita de Nepomuceno, no Sul de Minas, Iza Menezes. "São programas subvencionados, pisos salariais sem

provisão de recursos, enfim, momento de mostrarmos união para tentarmos melhorar o pacto federativo. Pacto esse em que os municípios são responsáveis pela prestação de serviços aos cidadãos mas ficam com os menores recursos", completou.

O pacto federativo é o conjunto de dispositivos constitucionais que moldam a área jurídica, as obrigações financeiras, a arrecadação de recursos e os campos de atuação dos entes federados. A 11ª Reunião da AMM com a bancada mineira no Congresso Nacional também será realizado hoje, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Segundo o órgão, o encontro é usado para apresentar a pauta prioritária, com temas essenciais para o municipalismo, como o déficit habitacional, a reforma agrária e o limite para o Microempreendedor Individual (MEI).

"A marcha é a grande oportunidade de o movimento municipalista ecoar sua voz. O que queremos é um pacto federativo mais justo com os municípios. É nos municípios que vivem os cidadãos, onde realmente as coisas acontecem. E a realidade é inversa. A maior parte dos recursos fica em Brasília, decisões são tomadas sem nos ouvir. Isso que precisamos mudar. E um dos caminhos é o aumento de 1% do FPM que está entre as prioridades do nosso movimento", afirmou o prefeito de Itapeverica, no Centro-Oeste de Minas Gerais, Wirley Reis (Podemos).

Outra pauta que vai ser debatida no encontro é a diminuição da população apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último levantamento. "A população realmente vem diminuindo e o critério usado hoje para a questão da distribuição do FPM é através disso. Então, a gente tem que ter outro mecanismo para a redistribuição desses recursos para que o impacto não seja tão agudo. Também estamos discutindo um projeto de lei para que estes municípios que foram prejudicados tenham esse impacto diluído durante dez anos", ponderou Bizarro.

## **REFORMA TRIBUTÁRIA**

Além da reunião com a bancada mineira, está programada, para amanhã, uma reunião da Associação Mineira de Municípios com o grupo de trabalho da **reforma tributária**, para a apresentação

de propostas e proposições. O coordenador do encontro é o deputado federal por Minas Gerais Reginaldo Lopes (PT). Atualmente, existem duas propostas em discussão: a PEC 110/2019, originada no Senado, e a PEC 45/2019, de iniciativa da Câmara. "Estamos muito preocupados com a **reforma tributária**, que será pauta durante a marcha, porque nós, municípios, somos entes federados, diretamente impactados. Então, precisamos ser ouvidos", afirmou o presidente da entidade, que permanecerá no cargo até 2025.

Para a Associação Mineira de Municípios, é difícil comparar a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a do ex-presidente Jair Bolsonaro, já que o petista tomou posse há menos de 100 dias. Entretanto, ele ressaltou a retomada dos programas Mais Médicos e o cadastramento do Bolsa-Família, além da retomada de obras. "A gente espera que continuem com as políticas que foram adotadas e que impactam positivamente nos municípios, mas é um governo que ainda está se encontrando, que ainda está no período de lua de mel", disse Bizarro.

"Estamos pedindo a inclusão deste percentual extra no mês de março para todas as cidades brasileiras"

Marcos Vinicius Bizarro (E), prefeito de Coronel Fabriciano e presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM)

"A marcha [dos prefeitos] é o momento de mostrarmos a importância do municipalismo. Momento de discutirmos com os que fazem as leis que a vida do cidadão é na cidade, não em Brasília ou no estado"

Iza Menezes (PSD), prefeita de Nepomuceno, no Sul de Minas

"É nos municípios que vivem os cidadãos, onde realmente as coisas acontecem. E a realidade é inversa. A maior parte dos recursos fica em Brasília, decisões são tomadas sem nos ouvir"

Wirley Reis, prefeito de Itapeverica

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/03/2023/p1>



# Agronegócio critica taxas de juros, reforma tributária e invasões de terra

**Marcelo Toledo**

As atuais taxas de juros do Brasil, a **reforma tributária**, a falta de um Plano Safra e as recentes invasões de terra foram criticadas por lideranças do agronegócio nesta segunda-feira (27) na abertura da Tecnoshow Comigo, uma das principais feiras do setor, em Rio Verde (GO).

Enquanto sobraram críticas ao governo federal, não houve nenhuma menção ao nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelas 15 autoridades que discursaram no evento. Já o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi saudado pelo senador Wilder Moraes (PL), e aplaudido por parte dos presentes.

A abertura da Tecnoshow, em sua 20ª edição, tampouco teve falas de representantes do governo federal.

"O Brasil ainda não criou uma estratégia econômica para o país, não saiu ainda o Plano Safra, pode inibir os investimentos, também os juros muito altos, tudo isso são fatores que inibem os investimentos e os avanços em novas tecnologias", disse Antônio Chavaglia, presidente do conselho de administração da Comigo (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano), uma das maiores do país, e organizadora da feira.

Joel Ragagnin, presidente da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja, Milho e Outros Grãos Agrícolas) de Goiás, afirmou que o setor tem encontrado mais dificuldades do que oportunidades.

"Nós tivemos dois ou três anos bons, que nos fizeram evoluir, nos fizeram ter oportunidade de investir no campo, e esse é o reflexo que estamos colhendo. Infelizmente não é dessa forma que eu vejo hoje."

Vice-presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), José Mário Schreiner (MDB), ex-deputado federal por Goiás, afirmou que a **reforma tributária** poderá prejudicar de forma significativa o agro por impor o que ele classifica como dupla tributação.

"Ao vendermos nossos produtos, teremos incidência de **impostos** diretos de 27%, 28%, fora depois a declaração do Imposto de Renda. É um assunto

extremamente importante, talvez o mais importante que nós temos hoje de debater", disse.

Sobre o Plano Safra, Schreiner disse que o governo ainda não fez nenhuma sinalização e que a CNA já percorreu o país coletando informações sobre prioridades, que serão levadas ao governo federal.

A ausência do plano até agora, porém, não é incomum. No ano passado, sob Bolsonaro, a mesma crítica foi feita pelo setor no fim de abril, no início da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Açã), em Ribeirão Preto.

Presidente do sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) em Goiás, Luís Alberto Pereira disse que é preciso ampliar o crédito, com "juros civilizados", além de gastar melhor os recursos públicos.

"O gasto público ineficiente e populista é a saúva [problema] da América Latina. O Brasil tem ao lado a decadência da Argentina, destino que nos espera caso não haja um controle estratégico das contas públicas", completou.

"Não tem cem dias de desgoverno, nós já temos 13 invasões de terra, inclusive aqui no estado de Goiás, coisa que não acontecia nem no primeiro mandato seu e do mandato do nosso presidente Jair Bolsonaro. Então é por isso que precisamos nos unir, é hora de unir as forças", afirmou o senador Wilder Moraes, dirigindo-se ao governador do estado, Ronaldo Caiado (União Brasil).

Caiado, por sua vez, afirmou que o número de invasões é maior que o dito pelo senador, com 16 registros no estado nos últimos 35 dias. "Nenhuma continuou sequer ali e muito menos por mais de 24 horas", afirmou.

O governador disse ainda que agirá para evitar invasões de terra e que a Constituição protege terras produtivas de desapropriação. "É norma legal e ainda hoje se discute direito de propriedade, que já é uma norma constitucional. Algo impressionante, o quanto nós ainda temos de defender aquilo que é patrimônio, reconhecido pela Constituição brasileira."

Um dos históricos líderes da bancada ruralista no

Congresso, Caiado foi vaiado três vezes nesta segunda ao participar da feira agrícola em Rio Verde.

Duas delas quando teve o nome apontado em discursos por Marchesan e pelo vice-governador, Daniel Vilela (MDB), como possível presidenciável em 2026. A terceira quando foi anunciado para discursar.

O embate entre o governador e o agro ocorre desde o ano passado, quando ele sancionou um projeto que cria uma contribuição sobre produtos agrícolas que ficou conhecida como "taxa do agro".

Entidades como a Aprosoja reagiram e se colocaram contra a cobrança, alegando que elevar **tributos** atingiria toda a população e a economia do estado.

Caiado afirmou que pode ser criticado, mas tem de pensar na responsabilidade de governar 7 milhões de habitantes. "Já fui por muitas vezes aplaudido, por muitas vezes criticado, mas nunca fui criticado por corrupção."

Segundo ele, a contribuição aplicada aos produtores rurais foi implementada para compensar perdas de verbas provocadas por decisões do Congresso.

"É um pedido que faço, a compreensão de cada um de vocês. Não julguem apenas um gesto, me julguem pela minha história. (...) Estamos hoje pedindo ao setor agropecuário, não vai um centavo para o tesouro do estado de Goiás. Toda arrecadação, 100% dela, é repassada à Secretaria da Infraestrutura", disse.

A Folha questionou o Ministério da Agricultura sobre a ausência de representantes do governo na abertura da feira e as críticas feitas pelo agro, mas não obteve resposta até a publicação da reportagem.

Apesar das críticas na abertura, a organização da feira aposta em resultados positivos. A previsão é que o país colha 13,8% mais grãos neste ano do que no ciclo anterior. O fim do embargo chinês à carne bovina brasileira também é apontado como um catalisador para o crescimento da pecuária neste ano.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) projeta safra de 309,9 milhões de toneladas de grãos no ciclo 2022/23, apesar de problemas como o clima adverso no Rio Grande do Sul, o que significa 37,5 milhões de toneladas a mais que no período anterior.

Os destaques são a soja, com projeção de aumento de 20,6% (25,9 milhões de toneladas a mais), e o milho, com 10,2% (11,5 milhões de toneladas).

Em sua retomada após um hiato provocado pela pandemia de Covid-19, a Tecnoshow movimentou R\$

10,6 bilhões no ano passado (R\$ 11,19 bilhões, corrigidos pela **inflação**), e tem a perspectiva de ao menos repetir o desempenho neste ano.

A feira, realizada numa área de 65 hectares (o equivalente a 91 campos de futebol) do CTC (Centro Tecnológico Comigo), acontece até sexta (31), com máquinas e equipamentos agropecuários, animais, palestras técnicas e econômicas, ações socioambientais e dinâmicas de pecuária. Até lá, a expectativa é que 130 mil pessoas visitem a Tecnoshow, que tem 650 expositores.

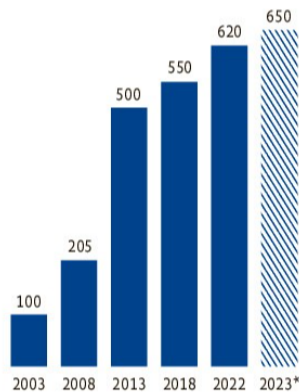
**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50229&maxTouch=0&\\_ga=2.65434090.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&\\_gl=1\\*1u5d4yt\\*\\_ga\\*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3\\*\\_ga\\_RY1LTN28TR\\*MTY3OTk4MDE0OC4xOTQuMS4xNjc5OTgwMTYzLjQ1LjAuMA..&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50229&maxTouch=0&_ga=2.65434090.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&_gl=1*1u5d4yt*_ga*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3*_ga_RY1LTN28TR*MTY3OTk4MDE0OC4xOTQuMS4xNjc5OTgwMTYzLjQ1LjAuMA..&_mather=5177e42f3b1821e2)

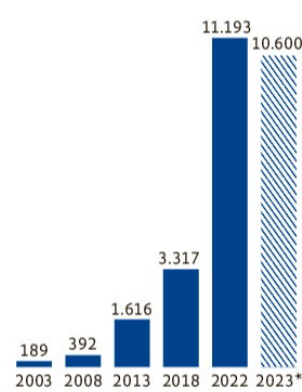
### Tecnoshow chega à 20ª edição com recordes



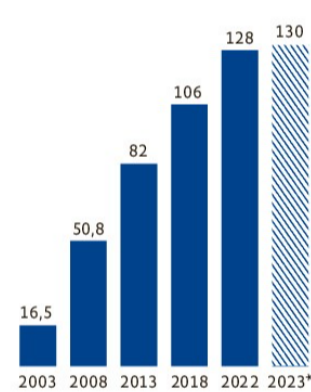
**Feira agrícola terá 30 expositores a mais que em 2022**  
Total de expositores



**Vendas tiveram boom em 2022, após hiato de dois anos devido à pandemia**  
Em milhões de R\$, corrigidos pelo IPCA



**Público poderá ser o maior da história**  
Em mil



\* Expectativa da organização do evento

Fonte: Comigo (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano)



# Partidos de centro reclamam de espaço em ministérios e já indicam apoio menor

*Julia Chaib e Thiago Resende Brasília*

Integrantes das cúpulas de MDB, PSD e União Brasil dizem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conta com apoio de somente dois terços dos votos de suas bancadas na Câmara dos Deputados, embora tenham recebido ministérios e cargos no segundo escalão do governo.

Ainda não houve uma votação de elevado interesse do Palácio do Planalto na Casa, mas líderes partidários afirmam que o governo tem cerca de 30 votos no MDB e 30 no PSD, que têm 42 deputados cada um. A União Brasil, que tem 59 cadeiras na Câmara, calcula uma média de 30 a 35 votos a favor do governo.

Nas votações econômicas, como a **reforma tributária** e no novo marco fiscal, os votos desses três partidos devem se aproximar da totalidade de cada bancada, quando a proposta passar a ser analisada pelo Congresso.

Portanto, para tentar conter alterações em projetos do governo e para evitar derrotas políticas, como abertura de uma CPI, por exemplo, o Palácio do Planalto precisa consolidar a sua base.

Lula ainda não tem, com clareza, o tamanho da sua base, mas os partidos mais alinhados ao governo somam 223 deputados, além de bancadas que o Planalto tenta atrair, como União Brasil, Podemos e Patriota (que, juntos, são mais 75). Para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) são necessários 308 votos de um total de 513 deputados na Câmara.

No entanto, como os partidos estão rachados, Lula precisa avançar nas negociações com PP e Republicanos e até alas moderadas do PL.

No Senado, os partidos mais próximos ao Planalto contam com 42 cadeiras—são necessários 49 dos 81 votos na Casa para aprovar uma PEC. O governo, portanto, também precisa ampliar a articulação com senadores do União Brasil, PP e Podemos.

Dirigentes de União Brasil e PSD contabilizam ter apenas dois ministros, embora, na prática, contem com três filiados cada um em cargos de primeiro escalão no governo.

O PSD considera que o ministro Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária) está na cota pessoal de Lula, pois ele foi um dos primeiros representantes políticos do agronegócio que aderiram à campanha presidencial do petista.

Às vésperas do anúncio do ministério, interlocutores de Lula tentaram atrelar a escolha de Fávaro, que era senador, ao partido. A estratégia era deixar o PSD com duas pastas, uma com um representante da ala do partido na Câmara e outra, no Senado.

O PSD chancelou a nomeação de Fávaro, mas, para as bancadas no Congresso, o partido indicou dois ministros.

Na Câmara, os deputados do PSD escolheram André de Paula (Pesca) e criticam a baixa relevância da pasta. Alexandre Silveira (Minas e Energia) tem sido uma escolha mais associada ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do que à bancada da sigla.

Já na União Brasil, líderes não reconhecem Waldez Góes (Integração Nacional) como parte da cota do partido.

O ministro é ex-governador do Amapá, era do PDT e se licenciou para ocupar o cargo. Além disso, Góes é considerado indicação pessoal de Davi Alcolumbre (União Brasil--AP), ex-presidente do Senado e um dos membros mais influentes na Casa.

Os outros nomes do partido são Daniela Carneiro (Turismo) e Juscelino Filho (Comunicações). Ambos são egressos da Câmara dos Deputados.

Por causa da pulverização da bancada da União Brasil, as nomeações não tiveram o efeito político esperado. Uma ala vê Daniela como uma escolha de Lula, que se aproximou do marido dela, o prefeito de Belford Roxo, Waguinho, durante a campanha. No caso de Juscelino, o nome é ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Em busca da fidelidade de deputados, o governo não pode prescindir de votos e, por isso, tentará ampliar a base com a liberação de emendas.

O primeiro passo será liberar recursos para quitar verbas negociadas ainda no governo de Jair Bolsonaro (PL) e que foram indicadas por deputados e senadores.

Há cerca de R\$ 11 bilhões em emendas de relator - usadas como moeda de troca em negociações políticas no governo passado- que ainda não foram pagas. Isso significa, por exemplo, que o contrato para realização da obra foi assinado, mas o empreendimento não foi finalizado, já que a emenda é paga quando há conclusão do serviço.

"Vamos liberar R\$ 3 bilhões em recursos de emendas parlamentares para ajudar na reconstrução de cerca de 3.000 municípios brasileiros. Esses recursos vão ajudar na retomada de obras e na implantação de diversos projetos por todo o país", informou nesta sexta-feira (24), em uma rede social, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), responsável pela articulação política da gestão Lula.

O governo espera melhorar a relação com o Congresso Nacional já com os primeiros pagamentos. A estratégia é que, a cada trimestre, haja a liberação de R\$ 3 bilhões para a quitação das emendas que restaram da gestão Bolsonaro.

A maior demanda entre os deputados e senadores, no entanto, é em relação às negociações das emendas previstas no Orçamento de 2023.

Líderes partidários dizem que, para influenciar a relação com o atual governo, o pagamento das emendas parlamentares são mais efetivas do que a distribuição de cargos.

Porém, em negociações no varejo, o Palácio do Planalto tem tentado conciliar pedidos de parlamentares de siglas que já têm ministérios, como MDB, PSD e União Brasil, além de integrantes do PP, Republicanos e PL.

Interlocutores do Palácio do Planalto afirmam que ainda há tempo de o presidente Lula construir uma base sólida no Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados, onde o cenário tem sido de maior resistência.

#### FLÁVIO DINO BLOQUEIA OPOSITORES NAS REDES SOCIAIS

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), tem bloqueado opositores nas redes sociais, em atitude semelhante à do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). No domingo (26), ele bloqueou o perfil do deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG). Dino já havia bloqueado outros parlamentares em

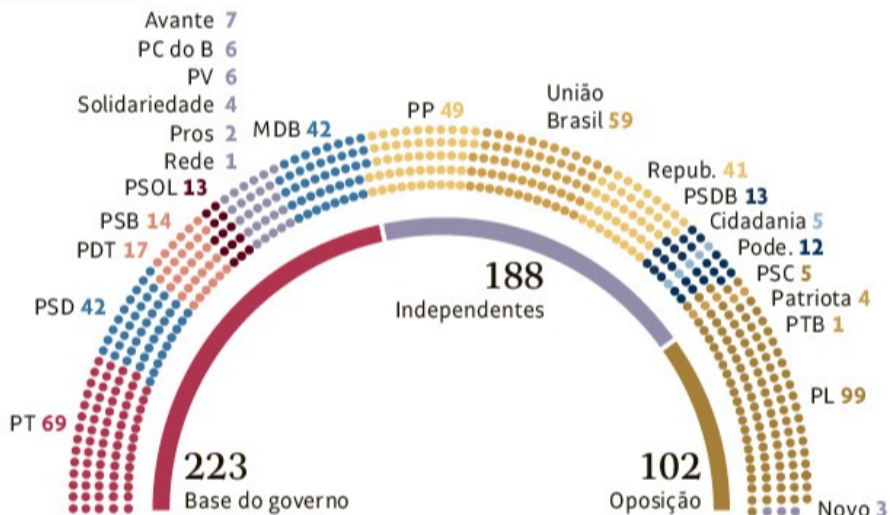
ocasiões diferentes, como o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) e o deputado Marcos Feliciano (PL-SP).

**Site:**

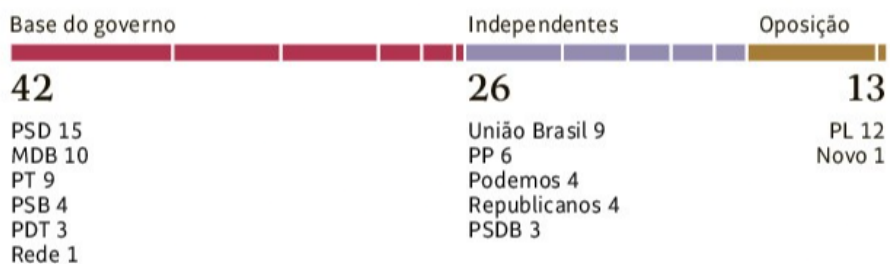
**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50229>**

## Base de Lula na Câmara e no Senado

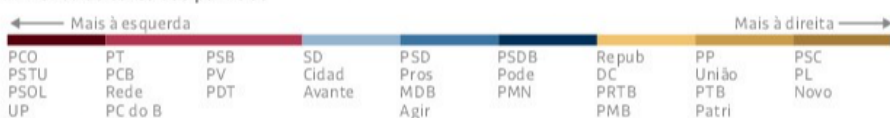
### Na Câmara



### No Senado

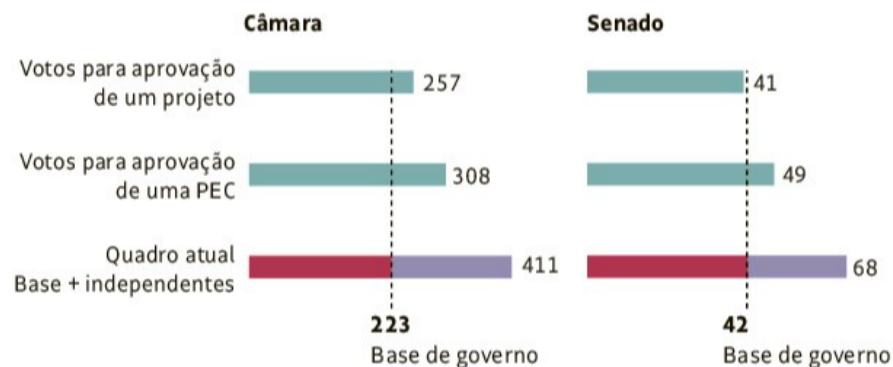


### Entenda as cores dos partidos



As posições dos partidos foram calculadas a partir de sete quesitos: votação dos deputados da legenda na Câmara, coligações, autodeclaração dos congressistas, frentes parlamentares, opinião de especialistas, migração partidária e posicionamento no GPS Ideológico da Folha

### Relação com o Congresso\*



\* Os números consideram a capacidade caso todos os independentes acompanhem a base de governo, o que pode variar conforme o tema discutido

# Arcabouço supera debate de mérito - MÍRIAM LEITÃO



**MÍRIAM LEITÃO**

A equipe do Ministério da Fazenda tem conseguido afastar as objeções feitas internamente ao arcabouço e a informação que eu tenho é que não há mais discussão de mérito, mas sim debate sobre contas e projeções. A superação de um grande impasse foi possível graças à interpretação do próprio presidente Lula. A proposta de que investimentos ficassem de fora dos limites, que era o ponto mais importante para a ala política, se chocou com a visão de Lula de que educação, saúde, programas sociais também são investimento. Logo, se houver um limite para essas despesas, obras não poderiam ficar de fora. Até agora, permanece o princípio de que nenhuma despesa ficará fora do limite.

É possível que esta semana ainda, nos próximos dias mesmo, o arcabouço seja divulgado. O processo ficou mais ligeiro dado que o presidente não viajou. Ontem, eles discutiam internamente algumas projeções, mas não mais o mérito da nova regra fiscal. Por enquanto, o que impede a divulgação são essas contas que ainda estão sendo feitas sobre os impactos da aplicação do arcabouço.

A ideia é apresentar o mais rapidamente possível aos líderes políticos e, depois disso, será divulgado à imprensa. Até agora, além dos ministros da área econômica e da presidência da República, o projeto foi

exibido aos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, e aos líderes do PT, Jaques Wagner e José Guimarães. O temor no governo é que haja vazamento e que os líderes dos partidos que compõem a base se posicionem contra. Por isso, a apresentação aos líderes políticos está sendo considerada essencial.

Há algumas premissas sobre as quais existem dúvidas como, por exemplo, com que critérios será projetado o crescimento das receitas. O país está crescendo pouco nesse momento, mas há expectativas de aumento do ritmo a partir da **reforma tributária**. Nessa projeção de crescimento da receita, a equipe econômica não tem contado com aumento de carga tributária. O que tem sido avaliado para ampliação da receita é o fechamento de espaços de evasão fiscal e também possibilidades de receitas extraordinárias.

No caso de educação e saúde, haverá automaticamente uma correção de despesas que foram represadas pelo teto de gastos. Ao tirar da Constituição a regra fiscal, não se tratou do tema de como ficam as despesas que, antes do teto, tinham vinculações constitucionais. Basicamente educação e saúde. O ministro Fernando Haddad tem dito que a regra fiscal terá parâmetros para com pensar perdas de educação e saúde. Com o teto de gastos, essas despesas foram limitadas e terão que ser recompostas para voltar às vinculações constitucionais, através de um processo de transição.

O argumento usado pela equipe econômica, na conversa interna do governo, é de que não se pode repetir o erro de uma regra em que umas despesas crescem comprimindo as demais. O governo quer é que o conjunto das despesas cresçam um pouco abaixo das receitas, para sair do déficit atual para o equilíbrio. Se algumas despesas crescerem igual à receita, outras terão que crescer menos. Volta-se ao erro que levou à compressão de alguns gastos.

O cronograma ganhou um impulso agora, mas o tempo tem ficado bem apertado. Ontem, a ministra Simone Tebet disse que ela precisa de apenas cinco dias para adaptar a Lei de Diretrizes Orçamentárias ao novo arcabouço. Mas esse "apenas" significa que, até o dia 10, tudo tem que estar definido, porque o dia de entrega da LDO ao Congresso é 15 de abril. Há ainda a grande preocupação da equipe econômica de

apresentar aos líderes e assim ter o apoio do Congresso.

Nesse momento, o país está com um orçamento que prevê o déficit de R\$ 230 bilhões. O governo promete levar até o fim do ano para um déficit de pouco mais de R\$ 100 bilhões e, no ano que vem, zerar o déficit. Não é fácil fazer isso. Significa uma redução de 2,3 pontos percentuais do **PIB** em dois anos, apesar de algumas despesas terem sido recompostas. O governo Bolsonaro conseguiu furar o teto de gastos, fazer uma gastança por razões eleitoreiras e arrochar demais algumas despesas. Além disso, deixou armadilhas como a de elevar o antigo Auxílio Brasil para R\$ 600, sem previsão no Orçamento. A equipe econômica está tendo que recompor despesas, desarmar armadilhas, fazer um ajuste e apresentar uma nova regra fiscal.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA  
Arcabouço supera debate de mérito

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

*O arcabouço pode ser divulgado nesta semana. Já houve acordo interno sobre o mérito e a discussão é sobre detalhes e projeções*



# Novo arcabouço é simples e fácil de ser entendido, defende Simone Tebet

**Marcelo Osakabe De São Paulo**

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse nesta segunda-feira (27) que o novo arcabouço fiscal é simples, fácil de ser entendido, totalmente transparente, crível e que está na mão do presidente Lula a discussão sobre parâmetros.

Em evento em São Paulo, a ministra afirmou ainda que o planejamento segue sendo de zerar o déficit fiscal no ano que vem e que a tramitação da matéria na casa não deve ser atrasada pelo impasse entre Câmara e Senado sobre o rito das medidas provisórias (MPs).

"Durante a pandemia, tivemos a excepcionalidade dos ritos de tramitação. Agora, pela Constituição, temos que voltar às regras, mas esta é uma decisão política do Congresso", disse, afirmando que não enxerga esse assunto como obstáculo para o arcabouço, tema que tem boa receptividade entre parlamentares.

Segundo ela, o presidente da Câmara, Arthur Lira, "chamou para si a responsabilidade sobre arcabouço, o que é muito bom".

Tebet também reforçou que não se fala em exceções dentro do arcabouço fiscal. "O que se fala é ter a possibilidade de um pouco mais de gasto, sem excepcionalidade, mas com olhar específico sobre saúde e educação."

Segundo ela, a mudança da meta de **inflação** é um "não assunto" dentro do Ministério do Planejamento ou da Fazenda. "O ministro [Fernando] Haddad e eu entendemos que assunto não está posto à mesa. Temos dúvida inclusive sobre se mexer na meta vai gerar resultado que queremos."

Ela disse que o assunto não foi discutido nos encontros do Conselho Monetário Nacional desde a primeira reunião entre Haddad, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e ela. Tebet, por outro lado, engrossou o coro de reclamações contra o **comunicado** da última reunião do Copom. "Não falo sobre qual deve ser a taxa de juros, mas o **comunicado** e a ata, para mim, são documentos políticos. Acho que o **comunicado** saiu no tom errado." Para ela, o **comunicado** e ata "têm que vir ao encontro do que está acontecendo no Brasil". "Óbvio

que fatores externos importam e preocupam, mas também os fatores internos e nesse aspecto acho que houve evolução, todos sabemos que estamos prontos de anunciar novo arcabouço fiscal, a **reforma tributária** nunca esteve tão amadurecida para ser votada. Não é a ideal, mas ela é uma boa reforma. A boa reforma é a que efetivamente passa no Congresso." Ainda sobre a **reforma tributária**, Tebet afirmou que as premissas consideradas unanimidade são o imposto ser cobrado no destino e que haverá unificação dos **impostos** federais. "Hoje passa mais facilmente IVA dual."

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Novo arcabouço é simples e fácil de ser entendido, defende Simone Tebet

## Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1&section=1>

# Para Galípolo, reforma simplifica arrecadação

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, afirmou nesta segunda-feira, 27, que a **reforma tributária** vai simplificar e dar mais efetividade à arrecadação, mas que sua tramitação abrirá espaço para a discussão de exceções.

"Sobre receitas novas, em nenhum momento discutimos elevar a carga fiscal. As medidas são para tornar arrecadação mais efetiva e combater evasão", disse Galípolo, que participou de evento realizado pela Arko Advice, em São Paulo.

Questionado sobre a dificuldade em angariar consenso para a aprovação da reforma, Galípolo disse que a adesão está grande no Congresso e que, mesmo diante da peregrinação de representantes de setores da economia à Brasília para pedir continuidade dos regimes especiais, a posição do governo é de "arrumar o todo".

"Mas é claro que vai ter que existir espaço para alguma negociação" sobre exceções na reforma, ponderou.

Galípolo comentou que a exceção ao aumento da tributação ocorrerá sobre atividades ainda não reguladas, como os sites de apostas.

Segundo ele, o adiamento da viagem da presidente Lula à China deve facilitar o processo de apresentação do novo arcabouço fiscal, em elaboração na área econômica do governo.

Galípolo não quis comentar sobre se o arcabouço poderia ser apresentado nesta semana, mas notou que o adiamento da viagem permite fazer novas reuniões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também cancelou sua ida a Pequim.

O secretário-executivo afirmou ainda que o arcabouço precisa ser desafiador, mas crível. Segundo ele, o desafio estará nos parâmetros que serão definidos. "É preciso mostrar ao mercado que parâmetros vão controlar relação dívida/**PIB**", disse.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda afirmou que o governo não pretende adiantar a discussão sobre as metas de **inflação**, que ocorre tradicionalmente no encontro de meio de ano do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Ele disse ainda que o tema foi colocado em discussão pelo presidente da República e que, desde então, economistas renomados do mercado financeiro têm discutido a questão e se colocado em favor de uma mudança.

O secretário-executivo não quis tecer comentários sobre os nomes indicados para a diretoria do Banco Central. Ele apenas comentou que os nomes já estão com o presidente Lula. (MO)

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Para Galípolo, reforma simplifica arrecadação

#### Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1&section=1>



# Dívida dos Estados pode entrar na reforma



Claudio Castro: governador do Rio se reuniu com integrantes do grupo da reforma tributária na Câmara dos Deputados e defendeu a discussão do tema

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília**

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), reuniu-se com integrantes do grupo da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados semana passada para defender que as dívidas dos Estados com a União entrem nas negociações para aprovar a simplificação dos **impostos** sobre consumo. Seria uma forma de minimizar os impactos da possível perda de arrecadação dos Estados com a mudança na arrecadação da origem para o destino.

As dívidas dos Estados com a União somavam R\$ 635 bilhões em dezembro de 2021. Ainda não há dados consolidados sobre 2022.0 Rio de Janeiro é o segundo com maior dívida, de R\$ 184 bilhões, mas está com os pagamentos suspensos por adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. O saldo não quitado nesse período vai acumular e será acrescentado ao final com correção.

O deputado Hugo Leal (PSD-RJ), que participou da reunião com o governador, diz que a reforma criará um fundo de desenvolvimento regional para fomentar o crescimento nas regiões Nordeste e Norte e, por isso, os Estados do Sul e Sudeste discutem contrapartida que possa beneficiá-los e diminuir as possíveis perdas com a reforma. "A ideia é negociar o endividamento junto com a discussão sobre a simplificação de **impostos**. É uma forma de compensar os maiores Estados, como Rio e Minas Gerais", afirmou.

Os cinco Estados com maior dívida nominal são do Sul e Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Outro bastante afetado pelos pagamentos é Goiás, que desde 2021 está no Regime de Recuperação Fiscal. Também há grandes prefeituras na lista, como as capitais paulista e fluminense, e outras cidades grandes, que protestam contra o fim do ISS proposto na reforma.

Para o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), a mudança no indexador pode diminuir as resistências políticas à proposta de simplificação dos **tributos**. Desde 2015, a dívida é corrigida pela taxa Selic (hoje em 13,75% ao ano) ou pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA) mais 4%, o que for menor. A proposta de Castro é que o estoque seja atualizado pelo IPCA mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Vice-líder do governo na Câmara, Pedro Paulo é aliado do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), que é adversário do governador, mas participou da reunião com Castro e está cotado para entrar no grupo de trabalho da Câmara que discute a proposta de emenda constitucional (PEC) 45, que unifica PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS num só Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

O presidente do GT, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), recebeu a proposta do governador na semana passada ao lado de outros deputados do Rio, como os líderes das bancadas do PL, Altineu Cortes, e do Solidariedade, Áureo Ribeiro. Segundo o petista, a sugestão dele sobre a mudança no indexador das dívidas com a União será colocada na mesa e conversada. "Vamos dialogar. Não há federação se não tivermos a sustentabilidade das contas estaduais", disse.

Outra sugestão do governador é que a PEC 45 seja utilizada para prorrogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a Desvinculação das Receitas dos Estados (DRE). Esses mecanismos permitem aos governos federal e estaduais utilizarem livremente 30% das receitas tributárias que, por lei, são destinados a fundos específicos. Esses regimes são prorrogados seguidamente desde a década de 1990 e vencem em 31 de dezembro deste ano. Incluí-los na **reforma tributária** seria uma forma de resolver um problema adicional e aumentar o apoio político, já que a desvinculação é útil para os Estados.

Procurada, a assessoria de Castro encaminhou ao Valor duas notas divulgadas pelo governador após recentes reuniões em Brasília. Em uma delas, após agenda na Câmara, ele defendeu a discussão da dívida dos Estados no âmbito da reforma. "Os Estados do Sul e Sudeste concentram 70% do **PIB** nacional e têm uma contribuição essencial para o desenvolvimento do país. Apesar disso, respondem por 93% da dívida pública com a União. Isso precisa ser revisto", diz a segunda nota, divulgada depois de

encontro com o ministro de Relações Institucionais,  
Alexandre Padilha.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187503?page=1&section=1)**

# Prefeitos não deveriam travar a reforma tributária (Artigo)

*Benito Salomão é doutor em Economia peloPPGE/UFU.*

Com o avançar dos meses o governo tenta fazer progressos com a sua principal agenda, a **reforma tributária**. Se ela for aprovada e o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) substituir o conjunto de **impostos** indiretos hoje em voga no país é possível que o potencial de crescimento da economia se eleve. Isso porque assuntos tributários têm fortes implicações do lado da oferta da economia - por exemplo, eles podem estimular ou desestimular a acumulação de capital. Ademais, ter o **PIB** potencial elevado é uma aspiração de toda a sociedade brasileira, particularmente após a década de 2010 tida como perdida em termos de crescimento econômico.

No bojo das negociações sobre a **reforma tributária** em trâmite no Congresso Nacional surgem as resistências naturais. Setores que se aproveitam do atual modelo tributário brasileiro tendem a resistir, dentre eles, os municípios de médio e grande porte alegam que terão perdas orçamentárias e pedem compensações. O orçamento de um governo local é constituído de receitas correntes (tributárias, transferências correntes e outras receitas correntes), além de receitas de capital (privatizações, concessões, transferências de capital, entre outras). As primeiras são consideradas de fluxo contínuo, enquanto as segundas são esporádicas.

Considerando as receitas correntes, a participação de cada rubrica no orçamento tende a variar segundo inúmeras métricas. Por exemplo, municípios de pequeno porte tendem a ter uma participação elevada das transferências correntes, particularmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Já municípios industrializados, têm uma elevada participação da Quota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), embora este imposto seja de competência constitucional dos Estados. Por força de lei, 25% da sua arrecadação deve ser compartilhada com municípios; deste percentual, 75% devem ser direcionados ao município que originou o VAF responsável pelo tributo. Logo, municípios industrializados (que produzem bens) tendem a ter uma dependência elevada desta fonte de recurso.

Municípios de maior porte, por sua vez, desenvolvem estruturas sofisticadas de serviços que via de regra

atendem sua população residente, além das populações de cidades vizinhas. Isto vale para serviços privados, mas também públicos. Nestes municípios maiores, redes de escolas, faculdades e Universidades, hospitais, shoppings centers, hotéis, serviços de lazer, entre inúmeros outros, atraem as populações de cidades menores a fim de usufruírem da sua estrutura de serviços. Isso movimenta a economia local dos municípios médios e grandes e produzem externalidades positivas na sua arrecadação, por vias do ISS-QN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Em geral, os municípios maiores e industrializados têm manifestado resistências quanto à **reforma tributária** devido ao medo de perdas que podem vir tanto da queda na Quota Parte do ICMS, quanto na do seu principal imposto municipal, o ISS-QN. Como dito anteriormente neste artigo, racionalizar o código tributário de um país que coleciona distorções como o Brasil tende a ter efeitos do lado da oferta e impulsionar uma expansão do **PIB** potencial. Há uma extensa literatura empírica que atesta que a arrecadação dos governos é sensível ao **PIB** e, salvo em situações muito particulares, possui multiplicador maior do que 1, ou seja, se o **PIB** cresce 1 a arrecadação do governo cresce mais do que 1.

Subvenções criam incentivo perverso para municípios, que em geral usam mal instrumentos tributários a seu alcance Mas este não é único ponto que precisa ser analisado. Como demonstro em ensaio empírico recente aceito para publicação em periódico científico respeitado, há uma característica comum que transcende todos os municípios brasileiros, chamamos isto de "dependência fiscal". Via de regra, municípios grandes e pequenos dependem excessivamente de subvenções fiscais que são receitas geradas por níveis mais abrangentes de governo. Tais subvenções criaram um incentivo perverso para os governos locais que em geral subutilizam seus instrumentos tributários.

O exemplo mais cabal de uma política tributária ineficiente nos municípios é o IPTU (**Impostos** Predial Territorial e Urbano), um imposto direto, relativamente fácil de ser cobrado e passível de ser progressivo. Ao longo dos últimos 30 anos, em muitos grandes municípios brasileiros a arrecadação do IPTU foi inferior em valores reais em relação ao ITBI (Imposto sobre a Transferência de Bens Intervivos). Uma arrecadação

crescente do ITBI ao longo do tempo pode sugerir uma ampliação do valor venal dos imóveis nestas localidades. Se a arrecadação do IPTU não acompanha, isso pode significar que a planta de valores imobiliários nestes municípios está desatualizada, e que prefeitos têm abdicado deste instrumento tributário para evitar desgastes políticos.

Na prática o que se vê em alguns dos maiores municípios brasileiros é a expansão imobiliária em algumas regiões contrastando com a ociosidade em outras. Em geral regiões mais antigas destes grandes municípios têm passado por um intenso processo de sucateamento da sua infra-estrutura urbana e se tornado áreas bastante degradadas. Enquanto isso, áreas mais novas recebem todo tipo de investimentos e lançam empreendimentos cujo custo ultrapassa a casa dos milhões. O curioso é que em parte destes municípios a planta de valores não é atualizada há décadas, sugerindo uma tributação maior nestas regiões hoje degradadas em relação às mais modernas.

A subutilização do IPTU por parte dos grandes municípios produz um conjunto de consequências indesejáveis, estimula a especulação imobiliária, estimula a vacância de imóveis em áreas urbanas, leva a uma ocupação ineficiente dos territórios, concentra renda e riqueza, encarece a provisão de serviços públicos nas periferias das áreas urbanas, entre outros fatores. E um dos principais incentivos para a não utilização deste imposto é exatamente a elevada participação de transferências correntes no orçamento destas cidades. Dado que a cobrança de **impostos**, particularmente os diretos, é algo extremamente impopular, prefeitos de direita e de esquerda ignoram este instrumento financiando suas despesas públicas com receitas advindas do Estado e da União.

A **reforma tributária** pode corrigir também esta distorção, dado que o ICMS e o ISS serão incorporados no novo IVA, se isto significar grandes perdas para os grandes municípios é perfeitamente possível que isso seja compensado com uma utilização mais racional dos **impostos** sobre propriedade. Prefeitos, não travem a **reforma tributária**.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Prefeitos não deveriam travar a **reforma tributária**

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

# CNI lança agenda legislativa e pede reforma tributária urgente e foco na reindustrialização em 2023

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lança nesta terça-feira (28), em cerimônia no plenário da Câmara dos Deputados, a 28ª edição da Agenda Legislativa do Setor Industrial.

O documento, que é considerado o principal instrumento de diálogo da indústria com os parlamentares, o governo federal e a sociedade civil, contempla 139 projetos de lei de interesse do setor industrial, sendo 12 deles classificados como prioritários, incluídos na pauta mínima da Indústria.

Entre os projetos essenciais, estão a **reforma tributária** sobre o consumo, que está sendo debatida no Legislativo, o aprimoramento da lei do licenciamento ambiental, a regulamentação do mercado de crédito de carbono e a modernização do setor elétrico.

"A questão tributária é um dos maiores entraves para qualquer investimento e para o crescimento não só do setor industrial, mas para a retomada da economia como um todo", avaliou a diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg,

## Reindustrialização

De acordo com o presidente da CNI, Robson Braga, as propostas da indústria debatem a necessidade de se reindustrializar o Brasil e promover a transição para uma economia de baixo carbono.

A agenda traz propostas que contribuem para alcançarmos o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade ambiental, declarou.

Segundo ele, a reindustrialização é imprescindível para o Brasil voltar a crescer e realizar a transição para uma economia de baixo carbono.

O país precisa de uma indústria forte e diversificada que, de forma assertiva, contribua para o desenvolvimento de longo prazo. Para termos maior produtividade e competitividade, é necessário retirar os obstáculos **impostos** pelo Custo Brasil e cuidar

bem do ambiente macroeconômico, acrescentou.

## Propostas prioritárias

**Reforma Tributária** - PEC 45/2019 e PEC 110/2019 Marco Legal do Reempreendedorismo - Recuperação Judicial de MPes - PLP 33/2020 Licenciamento Ambiental - PL 2.159/2021 Regulamentação do mercado de crédito de carbono - PL 528/2021 e PL 3.100/2022 Modernização da Lei do Bem - PL 4.944/2020 Modernização do setor elétrico - PL 414/2021 Marco Legal das Garantias - PL 4.188/2021 Estatuto do Aprendiz - PL 6.461/2019 Permissão para o trabalho multifunção - PL 5.670/2019 Regulamentação do limbo previdenciário - PL 3.236/2020 Incentivos de IRPJ e reinvestimento nas áreas da Sudam e da Sudene - PL 4.416/2021 Código de Defesa do Contribuinte - PLP 125/2022

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/28/cni-lanca-agenda-legislativa-de-2023-com-reforma-tributaria-urgente-e-foco-na-reindustrializacao.ghtml>



# Por que varejistas criticam Shein, Shopee e AliExpress por contrabando digital no Brasil

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Planalto levou empresários brasileiros a renovarem seus esforços para tentar fazer frente ao avanço de plataformas de varejo internacionais, em especial as asiáticas, no Brasil.

As reclamações não deram resultado na gestão de Jair Bolsonaro (PL), mas a troca de governo abriu uma janela de oportunidade para empresários brasileiros cobrarem providências mais uma vez.

Ambos os lados dessa disputa já tiveram reuniões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para apresentar seus argumentos.

As varejistas nacionais dizem que a competição é desleal, porque as plataformas internacionais não pagam os mesmos **impostos** e custos trabalhistas e, por isso, conseguem oferecer preços mais baixos.

Acusam ainda as concorrentes de praticar um contrabando digital e evasão fiscal, ao supostamente se aproveitarem de brechas nas regras e fraudarem vendas para evitar a cobrança de **impostos** de importação.

Isso geraria, pelas contas dos empresários brasileiros, um prejuízo bilionário em perda de arrecadação para o país.

As plataformas, que enfrentam acusações parecidas em países como Estados Unidos, África do Sul e Índia, dizem que cumprem as leis e normas locais.

Afirmam também que seus serviços possibilitam ao consumidor brasileiro comprar produtos a que não teriam acesso de outra forma, a preços acessíveis, e que têm investido no desenvolvimento do mercado de varejo e de comércio eletrônico nacional.

Esse é um tema especialmente sensível em Brasília neste momento, em que o governo Lula precisa lidar com um rombo fiscal e conseguir o dinheiro necessário para tirar propostas de campanha do papel.

O novo governo afirmou que uma de suas prioridades para este ano é uma proposta de uma **reforma tributária**, que deve começar com mudanças em **impostos** sobre o consumo.

A expectativa dos empresários brasileiros é que medidas que tratem do varejo digital sejam anunciadas em breve.

O Ministério da Fazenda confirmou à BBC News Brasil que está analisando a questão. As propostas serão apresentadas após validação interna no governo, disse a pasta em nota.

O problema não vem de agora. As empresas brasileiras viram nos últimos anos varejistas digitais estrangeiras, especialmente as chinesas AliExpress e Shein e a Shopee, de Cingapura, abocanharem uma parte do mercado com produtos bem mais em conta.

Alberto Sorrentino, consultor especialista em varejo e fundador da Varese Retail, explica que isso ocorreu no Brasil e em outros lugares como um reflexo de acordos comerciais fechados entre países.

Estes acordos facilitaram o comércio eletrônico entre fronteiras, ou cross-border, no jargão do mercado, e a venda de produtos nestas plataformas diretamente para consumidores internacionais.

Sorrentino aponta que Brasil e China firmaram um acordo bilateral em 2017 e que as plataformas chinesas tiraram proveito disso.

Mas o mesmo movimento não ocorreu no sentido contrário, apesar de as empresas brasileiras terem a mesma oportunidade à mão para vender diretamente para os consumidores chineses.

Mas elas não tiveram o apetite, e a pandemia atrapalhou com o fechamento da China. O fato é que as empresas chinesas investiram. Não só elas, mas a Amazon também, a Shopee começou a atacar mercados emergentes e, mais recentemente, a Shein, que se tornou um fenômeno global, diz Sorrentino.

As plataformas internacionais passaram a ter sites e aplicativos em português, a dar assistência aos consumidores brasileiros, melhoraram a logística para encurtar prazos de entrega, fizeram campanhas publicitárias e passaram a oferecer produtos de vendedores locais.

Isso aumentou a confiança nestas plataformas, e o consumidor começou a gostar e a se apegar a elas.



Aí, escalou muito rápido , afirma Sorrentino.

As compras cross-border mais do que triplicaram entre 2018 e 2021, de acordo com o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), uma associação de empresas do setor.

Dados da consultoria NielsenIQ Ebit apontam que essas transações passaram de R\$ 7,7 bilhões para R\$ 36,2 bilhões neste período.

O IDV calcula que o cross-border já representava 16,5% do varejo no Brasil em 2021, e Sorrentino diz que elas explodiram a partir daquele ano com o crescimento do comércio eletrônico, que virou a alternativa para fazer compras com as restrições de circulação impostas por causa da covid-19.

As transações passaram de 36 bilhões em 2021, segundo dados da NielsenIQ Ebit, e a estimativa é de que tenham chegado a 50 bilhões em 2022.

Shein, Shopee e AliExpress são as três principais empresas desse mercado no Brasil hoje, aponta Sorrentino.

São números importantes, muito grandes. Isso começou a representar uma concorrência brutal para as empresas brasileiras e gera agora essas reclamações legítimas de falta de isonomia e de desvantagem competitiva, por não haver o mesmo tratamento tributário nestas transações.

As varejistas brasileiras dizem que, além de ter de arcar com **tributos** e custos trabalhistas que a concorrência internacional não paga, as plataformas estariam usando uma brecha na lei para evitar a cobrança de **impostos**.

No passado, as mercadorias que entravam no Brasil sem pagar **impostos** vinham do Paraguai. O Paraguai mudou para as plataformas depois que os vendedores internacionais, principalmente da China, descobriram um vácuo na tributação , diz o deputado federal Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo.

As compras feitas entre pessoas físicas no valor de até US\$ 50 (R\$ 262) são isentas de imposto de importação pela **Receita Federal**. A regra foi criada em 1980, e, em 1999, o limite, que antes era de US\$ 100, foi cortado pela metade.

Os empresários brasileiros dizem que as plataformas se aproveitam dessa regra para burlar o controle da Receita e fraudam as informações da compra nos pacotes de entrega, subfaturando os preços cobrados ou informando que as compras foram entre pessoas

físicas.

Ou que, se um cliente compra vários produtos em um site ou aplicativo, eles chegam no Brasil em pacotes e preços individualizados, abaixo do limite para a isenção.

Nesta regra, não está explicitamente dito que ela pode abrigar transações de empresas para pessoas e vendas de produtos de comércio eletrônico, mas isso também não está regulamentado, então, fica nesse limbo regulatório , diz Sorrentino.

A fiscalização é outro problema que os varejistas nacionais apontam.

Um relatório produzido pelo empresário Luciano Hang, presidente da rede Havan, afirma que menos de 2% dos produtos que passam pela alfândega são fiscalizados.

A BBC News Brasil questionou o Ministério da Fazenda a respeito disso, mas a pasta não tratou do assunto na resposta enviada à reportagem.

Hang é um dos empresários à frente das denúncias contra as varejistas internacionais.

Ele convidou Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores, uma das principais centrais sindicais do país, para um encontro no início de março.

Patah diz que, assim como ficou combinado com Hang, entregou o relatório ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT).

Dei uma cópia para ele e, se estiver com o Lula, vou entregar uma para ele, porque nós temos que nos preocupar com tudo que pode prejudicar os nossos membros , diz Patah.

O relatório de Hang diz que o Brasil deixou de arrecadar R\$ 60 bilhões no ano passado por causa dos contrabandistas digitais e estima que o valor vai passar de R\$ 100 bilhões em 2023.

O IDV afirma que o prejuízo foi de até R\$ 48 bilhões em 2020 e pode chegar a R\$ 99 bilhões em 2025.

Nós somos a favor da livre-concorrência, é o mais sadio. O cross-border vem crescendo a números galopantes, de dois dígitos, o que é bom, mas começamos a verificar que não estão cumprindo as leis internas , diz Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV.

Ele afirma que o instituto passou a fazer compras

nestas plataformas para provar que há irregularidades e que, na maioria dos casos, os **tributos** devidos não seriam pagos.

Constatamos que estes produtos vêm principalmente da China como sendo de pessoas físicas, mas muitas vezes não são. Você compra o produto e vem subfaturado, sem os documentos de importação corretos, e isso entra aqui em uma quantidade gigante , diz Gonçalves Filho.

As plataformas de comércio eletrônico internacionais afirmam que não estão fazendo nada de errado e que cumprem as normas.

A Shopee, que vende no Brasil desde 2020, acrescenta que as transações internacionais são hoje a minoria do seu negócio por aqui.

Mais de 85% das compras no país são feitas de vendedores locais, segundo Felipe Piringer, diretor de marketing da Shopee no Brasil, e 90% das vendas realizadas pelos 3 milhões de vendedores brasileiros da plataforma são feitas por empresas.

A nossa operação cross-border é bem pequena, e a gente segue as leis brasileiras. Por isso, a gente não concorda em estar sendo citado. Tem uma diferença entre a origem de uma empresa e seu propósito, que é o mercado local no nosso caso. Nem todas as empresas que vêm da Ásia são iguais , diz Piringer à BBC News Brasil.

A AliExpress, uma das pioneiras deste movimento no mercado, com 12 anos de operação no país e um site em português desde 2013, afirma que exige que seus vendedores sigam as regras do mercado brasileiro, que orienta os compradores a respeito e que coopera com a **Receita Federal**.

As plataformas cross-border permitem o acesso a milhões de produtos únicos que não estão disponíveis no país a preços acessíveis e que o consumidor não conseguiria acessar de outra forma , afirma Bueno.

A Shein, que está no mercado brasileiro desde 2020, disse em nota que seu modelo único de produção, em pequena escala e com demanda garantida, produz produtos de qualidade e acessíveis .

A empresa afirmou ainda que tem se esforçado também para estabelecer parcerias com diversos fornecedores e vendedores locais .

Jorge Gonçalves Filho diz que o varejo nacional não quer que as plataformas sejam proibidas de vender no Brasil, mas que atuem sob as mesmas condições das empresas brasileiras.

Escutamos que as plataformas vão investir bilhões no país e achamos sensacional, mas queremos isonomia de competição, porque a indústria e o varejo brasileiro estão sendo prejudicados e perdendo mercado , diz o presidente do IDV.

Sua proposta é que a cobrança dos **impostos** seja feita no ato da venda pelas plataformas, que seriam responsáveis por cobrar os valores devidos dos clientes.

Não precisa de uma lei específica, mas de normas e regulamentos , diz Gonçalves Filho.

O presidente do IDV diz ter tratado do assunto com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Ele entendeu nossa proposta e pediu providências.

Esta não é a primeira vez que o setor pede que o governo federal faça algo a respeito.

Em 2020, a **Receita Federal** ensaiou uma resposta a estas demandas e disse que lançaria uma medida provisória com novas regras para esse setor. Mas o ex-presidente Jair Bolsonaro vetou a ideia.

Não era o momento certo para uma medida assim, que não era simpática à população, mas ela só é impopular no médio prazo, porque é bom para o país e para a geração de empregos , diz Gonçalves Filho.

Bolsonaro se justificou na época, dizendo que a saída seria uma maior fiscalização e não mais tributação. Mas o varejo não concorda.

Entram cerca de 500 mil pacotes por dia no Brasil pela alfândega, é um volume proporcional para a estrutura de fiscalização. Não dá para imaginar que vamos ter pessoas suficientes para conferir pacotinho por pacotinho , diz Marco Bertaiolli, da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo.

O deputado defende que a cobrança dos **impostos** deve ser uma responsabilidade das plataformas, mas diz que o governo também tem a alternativa de desonerar o varejo nacional para equilibrar o jogo.

Não existe um modelo elaborado, mas a Fazenda e a Receita estão estudando e devem apresentar soluções para esse contrabando digital nos próximos dias ou semanas. Seja qual for a solução, defendemos a isonomia. O que não podemos é ter duas balanças e duas medidas e deixar a indústria vulnerável.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Por que varejistas criticam Shein, Shopee e AliExpress por  
contrabando digital no Brasil

**Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/por-que-varejistas-criticam-shein-shopee-e-aliexpress-por-contrabando-digital-no-brasil,8a0f080037982b2629d6fa3f009ebafaowmjdV3x.htm>**

**I**

# Copom, Americanas e reforma tributária; confira os destaques do dia

**\*\* Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

Veja as principais notícias que impactam o seu bolso hoje

Assista ao vivo aos destaques dos mercados hoje, com análises dos especialistas de Research do PagBank, e se prepare para investir melhor.

Acompanhe o programa diariamente, de segunda a sexta-feira, às 8h40, e fique bem informado sobre todas as notícias e mudanças que impactam os mercados. Aproveite também para tirar suas dúvidas sobre investimentos.

O programa é apresentado pela equipe de Research e Economia do Pagbank.

Conheça a página de Investimentos do UOL , onde você tem orientações sobre como investir melhor para conquistar um sonho e garantir seu futuro.

Tem dúvidas? Envie sua pergunta para [uoleconomiafinancas@uol.com.br](mailto:uoleconomiafinancas@uol.com.br) .

Veja a análise do dia no vídeo a seguir, confira os destaques noticiosos mais abaixo e tenha um bom dia de investimentos:

As opiniões emitidas neste texto são de responsabilidade exclusiva da equipe de Research do PagBank e elaboradas por analistas certificados. O PagBank PagSeguro e a Redação do UOL não têm nenhuma responsabilidade por tais opiniões. A única intenção é fornecer informações sobre o mercado e produtos financeiros, baseadas em dados de conhecimento público, conforme fontes devidamente indicadas, de modo que não representam nenhum compromisso e/ou recomendação de negócios por parte do UOL. As informações fornecidas por terceiros e/ou profissionais convidados não expressam a opinião do UOL, nem de quaisquer empresas de seu grupo, não se responsabilizando o UOL pela sua veracidade ou exatidão. Os produtos de investimentos mencionados neste material podem não ser adequados para todos os perfis de investidores que, antes de qualquer decisão, deverão preencher o questionário de suitability para a identificação do seu perfil de investidor e da compatibilidade do produto de

investimento escolhido. As informações aqui veiculadas não devem ser consideradas como a única fonte para o processo decisório do investidor, sendo recomendável que este busque orientação independente e leia atentamente os materiais técnicos relativos a cada produto. As projeções e preços apresentados estão sujeitos a variações e podem impactar os portfólios de investimento, causando perdas aos investidores. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Este conteúdo não deve ser reproduzido no todo ou em parte, redistribuído ou transmitido para qualquer outra pessoa sem o consentimento prévio do UOL.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/colunas/pagbank-investimentos/2023/03/28/veja-analise-antes-de-investir-na-bolsa-nesta-terca-feira.htm>

# "Mas ela se move" - A reforma tributária silenciosa

**Por Pilar Coutinho**

E "pur si muove", teria murmurado Galileu após ter sido obrigado a negar perante a Inquisição a tese de que a Terra se move em torno do Sol.

Enquanto não conseguimos criar uma **reforma tributária** pelo Poder Legislativo, uma outra reforma, uma reforma que os tempos impõem, tem sido "criada" pelos demais Poderes.

Essa reforma sem nome e sem número ocorre porque seria quase inevitável que não ocorresse, mas ao surgir fora do campo adequado vai deixando o sistema tributário nacional com a aparência da criatura de Dr Frankenstein, que embora pareça um sistema, ande como um sistema, é apelidado (não sem total razão) como aquela criatura: demônio, manicômio, coisa. É uma casa velha ao qual foram sendo aderidos "puxadinhos". O que essa casa queria ser? Onde está o seu projeto arquitetônico?

A última grande **reforma tributária** constitucional brasileira, que extinguiu e criou significativos **tributos**, foi a de 1965. Houve, de fato, outras micro reformas e mudanças estruturais significativas, planejadas ou não, com a ascensão das contribuições sociais como uma das mais relevantes fontes de receita, a sistêmica desoneração das exportações, mas nada "abalou" o mundo tributário como aquela reforma.

E, ao mesmo tempo, o Brasil continuou preso à realidade pré-1965 e rompeu drasticamente com essa. Rompeu na medida em que se vive em um Brasil incomparavelmente mais industrializado, urbano, tecnológico. Permaneceu porque o Brasil de privilégios, de desigualdades, continuou parte estrutural do sistema tributário.

Desse sistema de 1965, herdamos três **impostos** sobre o consumo que vivem em conflito; uma tributação sobre o patrimônio focada em bens que hoje são de propriedade de boa parte da classe média; e a tributação da renda como insuficiente para impedir a regressividade da tributação sobre o consumo.

Herdamos também, de um lado, uma estrutura social em que a propriedade e a transmissão das casas-grandes atuais (que nem sempre são feitas de tijolos e muros) são pouco tributadas, e um sistema

engessado, construído em uma perspectiva de bases tributárias rígidas e incapazes de abranger um mundo fluído.

Mas ela se move. Move-se, por exemplo, na medida em que o Judiciário tem rompido com uma visão tradicional de segurança jurídica construída ao redor de tipos fechados/conceitos; enquanto esse Poder tem capacidade de atingir coletividades de forma sistêmica após o Código Processual Civil; move-se na medida em que aos poucos vamos rompendo com uma visão quase autoritária de crédito tributário por meio de institutos como a transação tributária.

Praça dos Três Poderes, em Brasília, com vista para o Congresso Nacional - Foto: Tony Winston/Agência Brasília/Divulgação

Move-se quando nosso sistema tributário vai sendo influenciado por mudanças internacionais preocupadas em adaptar a tributação à fluidez dos tempos modernos, move-se na medida em que a academia tributária vai se desencastelando e descendo aos pés dos mortais.

Assim, evoluímos na sofisticação da compreensão dos problemas que afetam o sistema tributário brasileiro com a ascensão da discussão sobre elementos de raça, gênero e do papel institucional-processual no caos vivido. Da mesma maneira, evoluímos bastante na compreensão das raízes históricas da tributação brasileira, que são muito mais antigas do que a sempre chamada grande reforma de 1965, mas derivam também de sua raiz sociológica imersa em escravidão, latifúndios e desigualdade social.

O Judiciário andou para todos os lados. Rodopiou na bússola das emoções dos contribuintes, sem permitir saber se houve evolução ou retrocesso. Destaca-se a sucessão de decisões sobre o que são ou não serviços. Gerou assim uma nova percepção que deixaria uma visão tradicional de segurança jurídica de cabelos em pé, enquanto outra defende que as palavras têm um coração, mas também uma transformação.

Proferiu uma decisão das tão relevantes (ou economicamente interessantes) que foi chamada de tese de século. Com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, deu um passo (para

alguns improvável, ainda que tecnicamente correto) na compreensão do que seria não cumulatividade tributária. Com a interação do STF aos meios eletrônicos, a decisão foi acompanhada quase como uma final de Copa do Mundo, em alguns lugares com direito a salgadinhos e cerveja.

PIS/Cofins: O que é, quem deve pagar, quais as alíquotas, como calcular

Por fim, o Executivo também tem feito suas tentativas para uma revisão das bases jurídicas, mas também culturais, em que o sistema tributário nacional foi moldado.

A transação tributária, que finalmente coloca alguma dose de relativização no dogma da supremacia do público sobre o privado, foi uma primeira iniciativa. Por outro lado, mudanças internacionais causadas pelo BEPS e o desejo do Brasil de aderir à OCDE, tem reformulado por dentro o nosso sistema, seja pela inclusão de medidas anti abuso nos tratados firmados, seja pela revolucionária Medida Provisória (fruto de atuação da **Receita Federal**) em que o Brasil passa a alinhar o seu sistema de preços de transferência ao modelo da União Europeia. Modelo esse que para um tributarista da velha guarda poderia ser visto como a antítese da segurança jurídica.

Não há como negar, ela se move.

Mas enquanto se move como tem se movido, tem uma dose de desgoverno. Move-se e perde-se. Quase que sem rumo.

**Site:** <https://valor.globo.com/legislacao/fio-da-meada/post/2023/03/mas-ela-se-move-a-reforma-tributaria-silenciosa.ghtml>



# Lira faz demanda descabida na querela das MPs (Editorial)

Enquanto o Brasil atravessa dificuldades e tem urgência na aprovação de um novo regime fiscal e de reformas como a tributária e a administrativa, a pauta do Congresso está travada. É como se os congressistas pudessem se dar ao luxo de se desligar da realidade nacional e virar de costas aos que os elegeram em outubro.

O motivo é a querela entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PPAL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em torno do trâmite das Medidas Provisórias (MPs), normas com força de lei editadas pelo presidente da República. Embora tenham efeitos jurídicos imediatos, as MPs precisam ser examinadas e votadas no Congresso. Enquanto isso não ocorre, elas travam a pauta e impedem que o Parlamento analise outras propostas legislativas.

O artigo 62 da Constituição afirma: "Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional".

Uma resolução do Congresso de 2002 disciplinou o rito de tramitação.

Determinou que essas comissões mistas seriam integradas por 12 senadores e 12 deputados e que haveria alternância entre deputados e senadores na presidência e relatoria.

As duas Casas com pesos iguais. Assim foi até a pandemia.

Em março de 2020, as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado assinaram uma norma para adaptar o trabalho do Congresso à calamidade.

Ficou acertado que não seriam instaladas comissões mistas durante a vigência do estado de Emergência em Saúde Pública. As MPs teriam um rito expresso, com o poder concentrado nas mãos do presidente da Câmara.

O pior da pandemia passou, a Emergência em Saúde Pública ficou para trás, mas Lira queria transformar o temporário em definitivo. Pacheco tentou sem sucesso saídas para evitar o confronto. Não teve jeito.

Enquanto Lira e Pacheco se digladiam, a pauta do Congresso segue parada.

MPs dos governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva ainda não foram votadas devido à disputa.

O artigo 62 foi pensado para limitar o poder da Presidência da República, pondo fim à farra dos decretos-leis, antes usados sem limites pelo Executivo. A investida de Lira agora é uma tentativa de mexer no equilíbrio conquistado entre Legislativo e Executivo. Ele e seus apoiadores querem desobedecer à Constituição e passar por cima das regras internas para aumentar o poder da Câmara, em detrimento do Senado.

Nenhum dos argumentos que apresentam -maior celeridade é o principal -justifica a virada de mesa.

O país tem pautas urgentes que estão paradas. Há 26 MPs em tramitação no Congresso, nenhuma delas no Senado. O prazo médio de tramitação era ontem de 51 dias. Estão paradas as relativas à isenção de **impostos** sobre combustíveis, ao restabelecimento dos programas Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família e até à criação dos novos ministérios do atual governo. O foco de Lira deveria estar em liberar a pauta para que o Parlamento possa se ocupar da agenda necessária para o país. Não em tumultuar o Congresso Nacional para manter poder com base numa demanda sem sentido.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Rombo nas contas soma US\$ 2,8 bi, melhor fevereiro desde 2017

**CÉLIA FROUFE ANTONIO TEMÓTEO BRASÍLIA**

estrangeiro em 12 meses

O resultado das transações correntes ficou negativo em fevereiro, em US\$ 2,815 bilhões, informou ontem o Banco Central.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Este é o melhor desempenho para o mês desde 2017, quando o saldo ficou negativo em US\$ 539,2 milhões.

Um dos principais do setor externo do País, o resultado é formado pela balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), pelos serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e pelas rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior).

O número da conta corrente em fevereiro ficou dentro do levantamento realizado pelo Estadão/Broadcast, que tinha intervalo de déficit de US\$ 7,900 bilhões a US\$ 2,000 bilhões (mediana negativa em US\$ 5,000 bilhões).

Pela metodologia do Banco Central, a balança comercial registrou saldo positivo de US\$ 2,509 bilhões em fevereiro, enquanto a conta de serviços ficou negativa em US\$ 2,029 bilhões. A conta de renda primária também ficou deficitária, em US\$ 3,435 bilhões. No caso da conta financeira, o resultado ficou negativo em US\$ 3,249 bilhões.

No acumulado do ano até fevereiro, o rombo nas contas externas soma US\$ 11,897 bilhões. A estimativa atual do BC é de déficit na conta corrente de US\$ 49 bilhões em 2023. A projeção foi feita no Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) de dezembro e será atualizada no documento desta semana.

Nos 12 meses até fevereiro deste ano, o saldo das transações correntes está negativo em US\$ 54,414 bilhões, o que representa 2,78% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Esse é o menor déficit em proporção do **PIB** desde abril passado, quando ficou em 2,56%.

Os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US\$ 6,451 bilhões em fevereiro.

No mesmo período do ano passado, o valor havia sido de US\$ 10,793 bilhões.

Dinheiro de fora US\$ 88 bi é o saldo de investimento

# Comunicado do Copom é ato político e saiu no tom errado, diz Tebet

**Ana Paula Branco**

Simone Tebet, ministra do Planejamento, fez críticas ao Copom (Comitê de Política Monetária), por sua decisão de manter a taxa Selic em 13,75%, tomada na semana passada, e pelo tom que o órgão usou no **comunicado**, que sinalizou que manterá os juros elevados conforme achar necessário.

No evento Arko Conference, em São Paulo, Tebet disse que a decisão sobre a Selic é técnica, mas o texto do documento é político e, nesta parte, cabe posicionamento do governo. O **comunicado** foi na direção contrária do que almeja o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tem pressionado por uma redução dos juros.

"Quando o Copom vem dizendo "não hesitaremos em", pode até ter querido sinalizar para o mercado de que eles são independentes, que não vão ceder ao jogo político, mas eu acredito que não precisavam ter esticado a corda como esticaram, porque também mandaram um recado, ao meu ver, equivocado para a equipe econômica e o núcleo político ou para a política brasileira", afirmou.

A ministra disse que ao fazer esse mesmo comentário ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto -com quem disse ter boa relação, ouviu que "sempre foi assim". Para ela, o documento do Copom precisa tomar cuidado com as palavras.

Sua crítica pública se soma à de Fernando Haddad, ministro da Fazenda, que declarou ver como "preocupante" o **comunicado** enfatizar a "deterioração adicional" das expectativas de **inflação** e deixar a porta aberta para retomar o ciclo de elevação dos juros, caso considere necessário.

"A depender das futuras decisões, podemos inclusive comprometer o resultado fiscal", declarou Haddad. Foi a primeira vez, desde a implantação do regime de metas de **inflação** no Brasil, que um ministro criticou publicamente um **comunicado** do órgão.

Padilha afirma que ainda não há data para apresentação da nova regra fiscal

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou nesta segunda-feira (27) que o

governo federal vai usar o tempo da viagem à China para avançar nas discussões da nova regra fiscal, mas que não há data para que ela seja apresentada. "Não tem uma data definida, mas certamente conversas que aconteceriam na própria missão na China, o ministro Fernando Haddad estava indo para a China, devem acontecer aqui em Brasília.

O presidente ainda vai definir esse cronograma com Haddad", afirmou Padilha.

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50229&maxTouch=0&\\_ga=2.65434090.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&\\_gl=1\\*1u5d4yt\\*\\_ga\\*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3\\*\\_ga\\_RY1LTN28TR\\*MTY3OTk4MDE0OC4xOTQuMS4xNjc5OTgwMTYzLjQ1LjAuMA..&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50229&maxTouch=0&_ga=2.65434090.57140034.1679894828-1380897342.1635735907&_gl=1*1u5d4yt*_ga*MTM4MDg5NzM0Mi4xNjM1NzM1OTA3*_ga_RY1LTN28TR*MTY3OTk4MDE0OC4xOTQuMS4xNjc5OTgwMTYzLjQ1LjAuMA..&_mather=5177e42f3b1821e2)

# O básico com preço "de luxo"

**CAROLINA NALIN** *carolina.nalin@infoglobo.com.br*

Vilões da **inflação** em 2022, os preços dos alimentos perderam fôlego no início do ano, e a carne ficou mais barata pela primeira vez em 15 meses. Mas isso não significa que a luta para encher o carrinho no supermercado terá uma trégua até o fim do ano. Desde o início da pandemia, boa parte dos produtos básicos passou por uma escalada de preços. E não dá sinais de que vá sair deste patamar, o que mantém o orçamento das famílias sob pressão.

Desde março de 2020 até fevereiro deste ano, a alimentação no domicílio subiu 45,35%, de acordo com levantamento do Ibre/FGV a partir de dados do IPCA, índice oficial de **inflação**. A cesta do café da manhã disparou: as frutas acumulam alta de 67,72%, o queijo subiu 50,28% no período, o pão aumentou 36% e nem mesmo o café passou incólume por esse movimento, com alta de 39% no período.

**PRESSÃO NO ORÇAMENTO** A disparada de preços vai bem além da primeira refeição do dia. Economistas ouvidos pelo GLOBO afirmam que o aumento dos custos de produção, a redução da área plantada e os efeitos adversos do fenômeno La Nina no primeiro trimestre tendem a se refletir em preços mais altos na tradicional combinação de arroz e feijão. No caso de proteínas, como frango, ovo e carne, avaliam que não há espaço para grandes quedas. Além da questão climática, que afeta a pecuária desde o ano passado, os preços seguem pressionados em razão dos custos e de restrições na produção em decorrência do surto de gripe aviária.

- Dá para ver a pressão que a alimentação vem exercendo sobre o orçamento familiar, porque esse aumento vem se acumulando e diminuindo o poder de compra - afirma André Braz, economista e coordenador dos Índices de Preços do Ibre/FGV.

Braz estima que os alimentos não devem repetir o mesmo ritmo de alta registrada no ano passado, o que significa que não seriam novamente os vilões em 2023. Mas não há espaço para queda generalizada.

O arroz subiu 59,26% desde março de 2020. No mesmo período, o feijão preto teve alta de 39,91%. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção brasileira de arroz, cuja safra já começou, deverá ser a menor em 25 anos. A expectativa é de uma safra de 10,38 milhões de toneladas no período de 2022/2023, uma

queda de 3,8% em relação à temporada passada. Já o feijão deve ter volume de produção 2,4% menor que o de 2021/2022, somando 2,9 milhões de toneladas.

-A **inflação** de alimentos deu uma melhorada, mas não devemos ter preços em níveis pré-pandemia. Temos um cenário de preços de commodities, que são grandes balizadores dos preços de alimentos, que seguem altos, e ainda continuarão em patamar elevado. Não vamos voltar a ter preços como os que a gente tinha em 2019 -afirma Gabriela Faria, analista da Tendências.

Nos cálculos da consultoria, alguns preços ao produtor vão subir quase 10% em média este ano. O arroz deve ficar 9,7% mais caro, seguido pelo ovo, com alta de 7,4% e pelo feijão, com avanço de 2,8%. O preço cobrado ao produtor acaba servindo como um sinal do que pode chegar ao consumidor final, já que suas variações são geralmente repassadas para as gôndolas.

Até mesmo um menu simples, como macarrão com salsicha, passou por uma escalada de preços de dois dígitos desde o início da pandemia. O macarrão subiu 40,74% e a salsicha teve alta de 34,5%.

Segundo dados do Instituto Brasileiro do Feijão e Pulses (Ibrafe), o preço por saca de feijão carioca ao produtor ficou em US\$ 84 em meados de março. É o maior patamar desde junho de 2016. Marcelo Lüders, presidente do Ibrafe, avalia a situação como preocupante e diz que a entidade tem buscado incentivar o aumento da área de plantio porque o produtor tem preferido a soja, em razão da maior produtividade e previsibilidade. A lavoura de 2022/2023 do feijão deve ter a menor área plantada dos últimos 30 anos.

-A produtividade da soja aumentou, e a do feijão teve evolução muito pequena nos últimos anos. A pressão sobre a **inflação** deve perdurar ainda pelos próximos 45 dias diante do aumento do custo ao produtor.

**IMPACTO DO DÓLAR** Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), alerta que os insumos de produção, como milho e farelo de soja, subiram cerca de 121% nos últimos dois anos. Estes têm se mantido em patamares elevados, o que não abre espaço para cortes nos preços de ovos, frango e outras proteínas animais: -A perspectiva de preço da carne de frango este ano segue a tendência das outras proteínas, que é se

manter em padrões elevados e até subir, em alguns casos, se houver aumento de custos. Além da ração mais cara, houve aumento no custo de logística, energia, papelão e materiais plásticos importantes na solução da cadeia.

Ele lembra ainda que, no caso do ovo, já há um aumento de preço puxado não só pelos custos como pela sazonalidade em razão da Quaresma, período de 40 dias antes da Páscoa.

Outro ponto de influência nos preços dos alimentos é a taxa de câmbio. Lucilio Alves, pesquisador da área de arroz do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/ USP, lembra que os preços de diferentes culturas no Brasil são bastante alinhados ao mercado internacional. Além disso, acrescenta que qualquer fator que possa afetar a cotação do dólar, como a recente crise no setor bancário internacional, pode elevar o custo de produção dos alimentos.

- Esse contexto mundial favorece uma elevação da taxa de câmbio, e o contexto de oferta doméstica apertada não abre espaço para queda dos preços. No caso do arroz, por exemplo, há uma demanda ajustada à menor oferta em 25 anos. Ou seja, não tem margem para grandes quedas de preço -conclui Alves.

De acordo com a pesquisa Focus, do Banco Central, a projeção para a **inflação** deste ano caiu pela segunda semana seguida, e ficou em 5,93%. Para o próximo ano, porém, as estimativas subiram para 4,13%.

"Dá para ver a pressão que a alimentação vem exercendo sobre o orçamento familiar, porque esse aumento vem se acumulando e diminuindo o poder de compra" André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Ibre/FGV

"Esse contexto mundial favorece uma elevação da taxa de câmbio, e o contexto de oferta doméstica apertada não abre espaço para queda dos preços" Lucilio Alves, pesquisador da área de arroz do Cepea

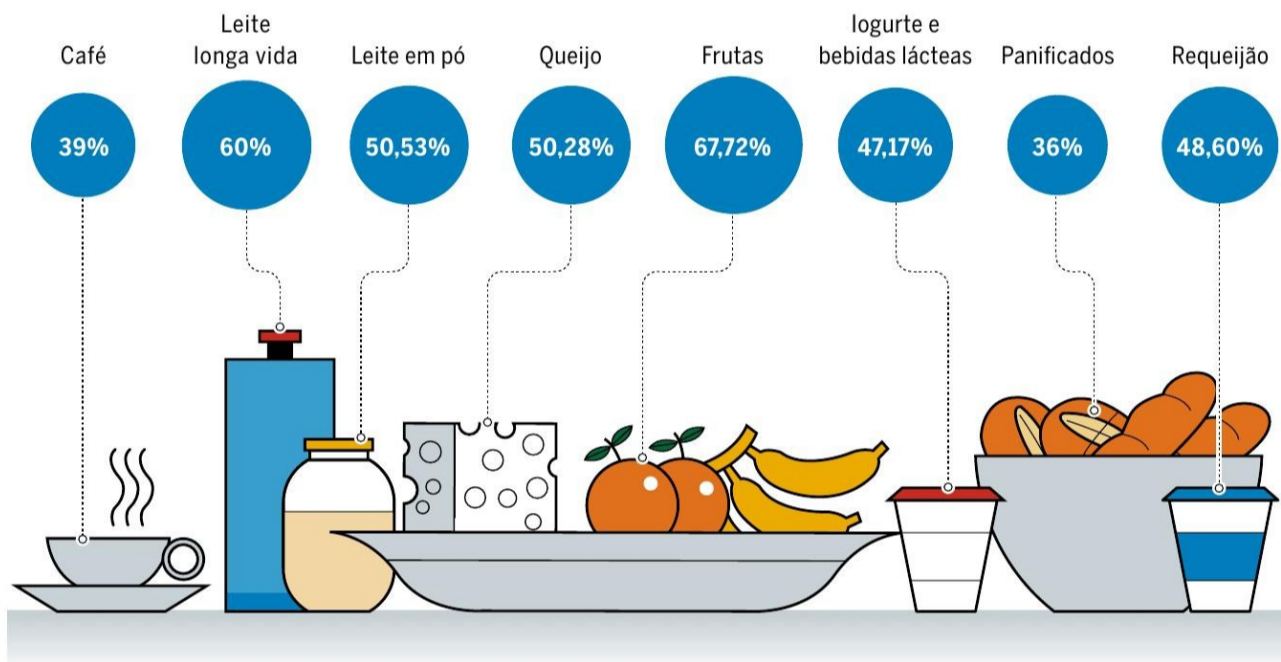
**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS

Alimentação no domicílio  
Acumulado de mar/20 até fev/23

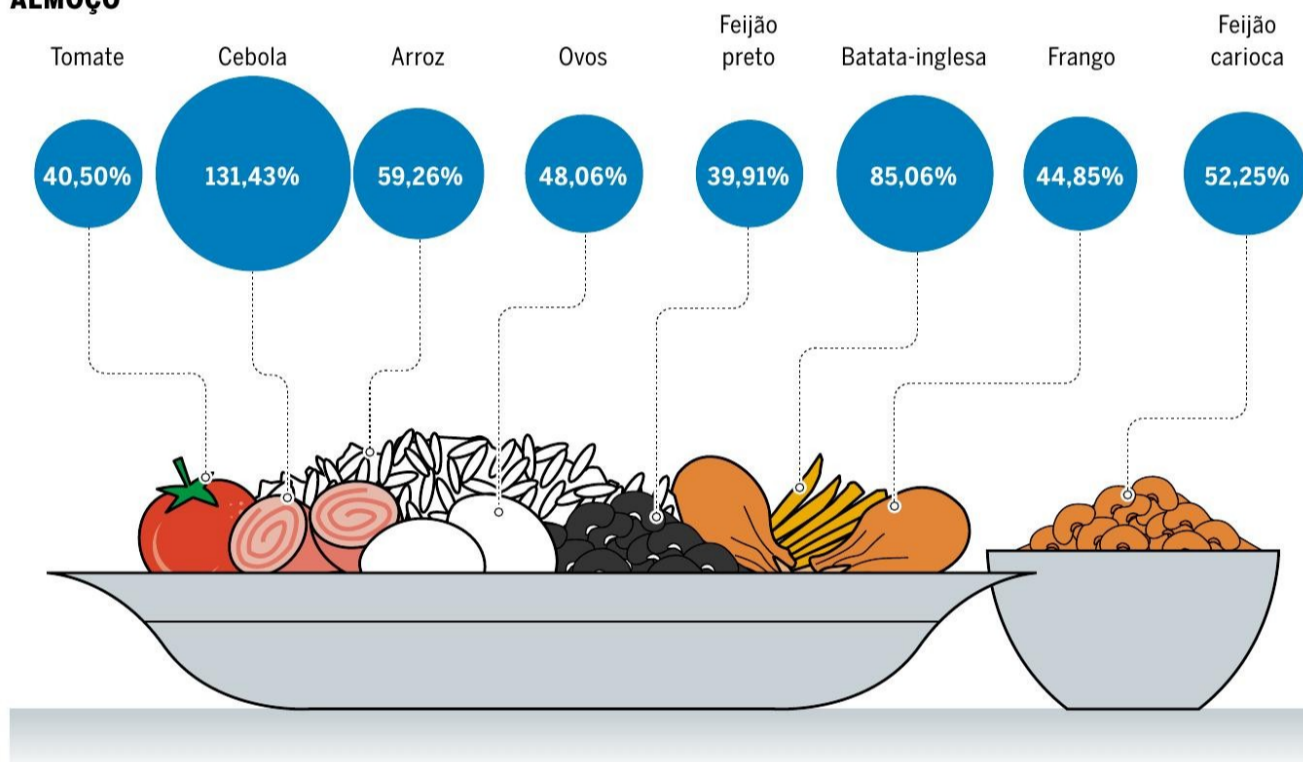
45,35%

### CAFÉ DA MANHÃ

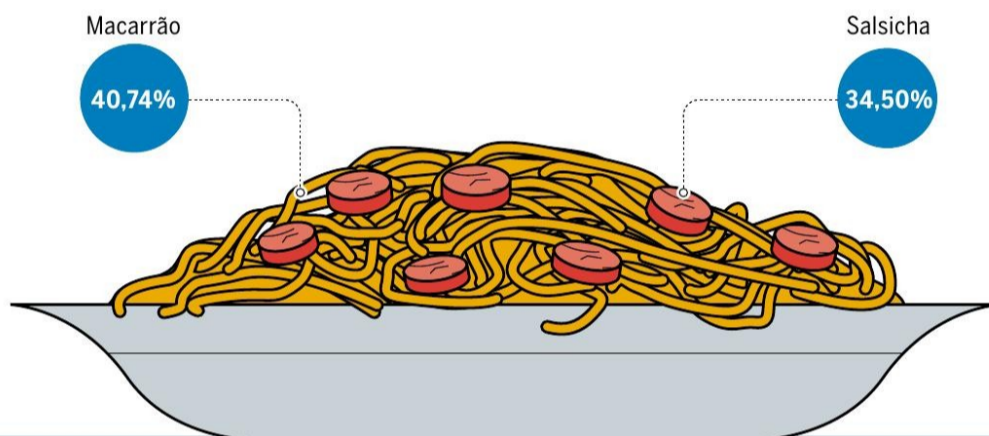




## ALMOÇO



**JANTAR**



Fonte: FGV IBRE, a partir de dados do IPCA, do IBGE

Editoria de Arte

# Ainda não há data para apresentação de novo marco fiscal, diz Padilha



Déficit zero. Tebet: equilíbrio de contas públicas em 2024



Positivo. Padilha diz que clima no Congresso é favorável

**MANOEL VENTURA E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS**  
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E SÃO PAULO

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou ontem que ainda não há data para a apresentação do novo conjunto de regras para controle dos gastos públicos, o chamado arcabouço fiscal. Ele garante, porém, que o ambiente no Congresso para a aprovação da proposta é positivo.

A previsão inicial era que a regra fiscal fosse apresentada após a viagem do presidente Luiz Inácio Lula à China. Com o cancelamento da visita, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve focar na articulação do novo marco. Lula e Haddad devem debater o tema esta semana, diz Padilha.

-O presidente ainda vai definir esse cronograma com o ministro Fernando Haddad, que lidera o debate do marco fiscal. Certamente, durante a semana, esse tema vai ser tratado no ambiente interno no governo - disse Padilha.

O arcabouço fiscal vai substituir o teto de gastos, que trava as despesas federais à **inflação** do ano anterior e hoje é o principal marco para as contas públicas. Para Padilha, o Congresso vai votar rapidamente: - A expectativa é de um ambiente muito positivo no Congresso Nacional. Tenho conversado diretamente com os líderes da base e da oposição, com o presidente Rodrigo Pacheco (do Senado), com o presidente Arthur Lira (da Câmara). É um clima muito positivo para, chegando a regra fiscal no Congresso, possa ser debatida com muita qualidade e celeridade.

O ministro disse ainda que Haddad vai dar retorno a Lula, nesta semana, das conversas que teve com lideranças sobre o assunto.

Em São Paulo, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que o governo federal deverá zerar o déficit fiscal em 2024. A uma plateia formada por investidores e grandes empresários, disse ainda que o novo arcabouço fiscal a ser proposto pelo governo é "simples, fácil de ser entendido, totalmente transparente e crível".

-A moldura do arcabouço está pronta, e estão na mão do presidente os parâmetros, o que faz toda a diferença - disse a ministra, que não quis dar mais detalhes.

Tebet ainda criticou o tom do **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgado na semana passada, como explicação da decisão de manter a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano, o que aprofundou atritos entre a autoridade monetária e o governo Lula, que tem adotado tom crítico em relação aos juros: - O **comunicado** e a ata do Copom, ao meu

ver, têm que vir ao encontro do que está acontecendo no Brasil. (...) Acho que o documento saiu no tom errado.

De acordo com a ministra, "é óbvio que fatores externos preocupam", mas fatores internos mostram que "houve uma evolução" do quadro inflacionário.

-Não precisavam ter esticado a corda como esticaram, mandaram ao meu ver um recado equivocado para a equipe econômica e para o núcleo do governo - disse Tebet durante conferência realizada pela consultoria de risco político Arko Advice.

Integrantes da equipe econômica dizem que a data-limite para o anúncio do arcabouço fiscal é o dia 15 de abril, quando será enviado ao Congresso o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) de 2024. A LDO é a base do orçamento federal e dá os parâmetros para essa regra.

De acordo com técnicos do governo, a tendência é que sejam apresentados cenários com e sem a regra fiscal. Ou seja, com o novo arcabouço ou com a manutenção do teto (com despesas livres, por exemplo, bastante comprimidas).

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



*“Não precisavam ter esticado a corda como esticaram, mandaram ao meu ver um recado equivocado para a equipe econômica e para o núcleo do governo”*

---

**Simone Tebet**, ministra do Planejamento e Orçamento, sobre o comunicado do Banco Central